



**ATA DA 22ª PLENÁRIA NACIONAL DO SINDICATO NACIONAL DOS
TRABALHADORES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO -
SINPAF**

Ata da ordem dos dias 07 a 09 de junho de 2024

1 Aos sete, oito e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, na CONTAG - Confederação
2 Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, SMPW Quadra 01, Conjunto 02, Lote 02, Núcleo
3 Bandeirante/DF, realizou-se a **22ª Plenária Nacional do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de**
4 **Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário – SINPAF**. Estiveram presentes os(as) seguintes
5 **Delegados(as):** Ademar Rodrigues Neto, S.S. Londrina; Adilson Dirceu Schell, S.S. Concórdia;
6 Adilson Ferreira da Mota, Dir. Assuntos Jurídicos - DN; Adriana Santos do Nascimento, S.S.
7 Agrobiologia; Andrea Matos, S.S. Solos; Antônio Aparecido Guedes de Oliveira, Secretário-Geral e
8 Administrativo e Financeiro - DN; Antônio Marcos Santos Pereira, Dir. Comunicação - DN; Ariano
9 Rabelo Paiva, S.S. 1SR; Arnaldo Santos Rodrigues, S.S. Embrapa Aracajú; Bernardo Macke Franck,
10 S.S. Bagé; Cleudson das Neves Bernardino, S.S. 5SR; Devanir Sebastião dos Santos, D.R. Sudeste;
11 Diogo Alves da Silva, S.S. Sinop; Felipe Haubert Pilger, D.R. Sul; Franciana Aparecida Volpato
12 Bellaver, Dir. Políticas Sociais - DN; Francisco de Assis Pereira, S.S. 4SR; Hélder Lima Carvalho,
13 S.S. Cruz das Almas; Ilmarina Campos de Menezes, S.S. Pará; Izete Barbosa dos Santos, S.S. Amapá;
14 Jasna Maria Luna Marques, S.S. 7SR; Jean Cordeiro dos Santos, S.S. 6SR; Joana D'Arc Souza
15 Bezerra, AFN; João Cordeiro da Fonseca, S.S. Recife; Joaquim Cleber Rodrigues Sousa, S.S.
16 Caprinos; Jorge Menezes Vidal, Dir. Formação Sindical - DN; Jorge Severo da Costa, S.S. Embrapa

17 Petrolina; José Carlos Sá Ferreira, S.S. Agroindústria de Alimentos; José Edmilson Silva Nascimento,
 18 S.S. Hortaliças; José Roberto Borges, Pesagro Campos; Ivonete Ibiapina, S.S. Codevasf Sede; José
 19 Vicente da Silva Magalhães, Dir. Relações Institucionais - DN; Lucas Ednei Lima Santana, S.S.
 20 Cerrados; Márcio Fonseca, S.S. São Carlos; Marco Aurélio Feitosa, S.S. Algodão; Marcos Gonçalves
 21 Tenório, S.S. Florestas; Marcus Vinicius Sidoruk Vidal, Presidente Nacional - DN; Mário Artêmio
 22 Urchei, S.S. Campinas-Jaguariúna; Maurício Castelo Branco Santana, S.S. Embrapa Teresina;
 23 Mirane dos Santos Costa, S.S. Embrapa Sede; Neio Lúcio Ramos Silva, S.S. Gado de Leite; Nilson
 24 Alves Carrijo, S.S. Cenargen; Odirlei Dalla Costa, S.S. Passo Fundo; Paulo Humberto Marcante, S.S.
 25 Rondônia; Paulo José da Silva, S.S. 3SR; Pedro Almeida Choaíry, S.S. Maranhão; Pedro de Souza
 26 Melo, Vice-presidente e Dir. Saúde - DN; Raquel Soares Juliano, S.S. Pantanal; Regina Célia Nobre
 27 Benício, S.S. Fortaleza; Ricardo Vieira da Silva, S.S. Pesagro Niterói; Rita de Cássia Pompeu de
 28 Sousa, S.S. Roraima; Silvana Buriol, S.S. Bento Gonçalves; Silvestre Moreira de Lima, S.S. Embrapa
 29 Parnaíba; Silvia Mara Belloni, Dir. da Mulher e D.R. Centro-Oeste; Simone Alves de Souza, S.S.
 30 Amazonas; Valterlei José de Moura, S.S. Acre; Vanderlei Domingues Fagundes, S.S. Pelotas;
 31 Waltherlenne Englen Freitas de Lima, S.S. Goiânia; Edivaldo Galdino Ferreira, S.S. EMPAER.
 32 **Convidados(as):** Carlos Honorato, Diretor da Casembrapa; Dr. Appel, Contabilidade AMC; Edgar
 33 da Silva Macêdo, S.S. Pará; Elanderson Soares Lima, S.S. Pará; Ênio Fraga, S.S. Solos; Dra. Gláucia
 34 Costa, LBS Advogados; Jacilane Fernandes N. Vasconcelos, S.S. Algodão; Ildos Parizotto, AFN;
 35 Marco Antônio Silva Pinto, AFN; Jasiel Nunes Souza, S.S. Amazonas; Jean Kleber de Sousa Silva,
 36 S.S. Pará; Jorge Frederico Segovia, S.S. Amapá; Juliano Sander Musse, DIEESE/DF; Kelly Soares,
 37 APAE/DF; Dra. Luara Borges, LBS Advogados; José Vivaldo, Dir. da Codevasf; Marco Antônio
 38 Baratto, Coordenação Estadual MST/DF e Entorno; Maria Eduarda Serejo, Defensora Pública do
 39 Estado de Goiás; Maurício Pietro Rocha, Presidente da Fundação São Francisco; Murilo Xavier
 40 Flores, Presidente Ceres; Orlando Oliveira Silva, S.S. Cruz das Almas; Paulo Roberto Santos, DN;
 41 Pedro Gustavo Matias, Casa Rosa DF; Raimundo Nonato Junior, S.S. Parnaíba; Roberto Sobreira
 42 Xavier, DIESAT; Rodrigo Rodrigues, CUT/DF; Selma Beltrão, Diretora da Embrapa; Sérgio Cobel
 43 da Silva, DN; Valéria Burity, Secretária Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome; Victor
 44 Pagani, DIEESE Nacional. **Apoio Técnico:** Ailton Durães, Analista TI SINPAF-DN; Eliene Maria
 45 Ferreira, Contabilidade SINPAF-DN; Elaine Brandão, Contabilidade SINPAF-DN; Neuza de
 46 Campos, Financeiro SINPAF-DN; Maria de Jesus, Financeiro SINPAF-DN; João Vítor, Estagiário
 47 TI SINPAF-DN; Camila Bordinha, Jornalista SINPAF-DN; Larissa Sarmento, Jornalista SINPAF-

48 DN; Gisliene Hesse, Jornalista SINPAF-DN; Lillianne de Oliveira Galvão Soares, Analista Jurídica
49 SINPAF-DN; Rebeka Freitas Vieira Xavier, Secretaria-executiva SINPAF-DN; Thaynara Silva de
50 Sousa, Secretaria SINPAF-DN.

51 **ABERTURA 07/06/2024:** A Mestre de Cerimônias iniciou a 22ª Plenária Nacional do Sindicato
52 Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário – SINPAF
53 cumprimentando a todos. Chamou para compor a mesa de abertura: Sra. Joana D'Arc Souza Bezerra,
54 Presidente da Auditoria Fiscal Nacional - AFN; Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal, Presidente
55 Nacional do SINPAF; Sr. José Paulo Vivaldo, representando o Presidente da Companhia de
56 Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Codevasf; a Sra. Selma Beltrão,
57 representando a Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa; Sr. Marcelo
58 Fragozo, Secretário Nacional de Diálogos Sociais e Articulação de Políticas Públicas da Secretaria
59 Geral da Presidência da República. Entregou a palavra ao Sr. Edgar Macedo, da Embrapa Amazônia
60 Oriental, que cumprimentou a todos, resumiu sua história de vida e declamou poemas de própria
61 autoria. Ato seguinte, o Sr. Marcelo Fragozo falou que a Secretaria Geral da Presidência da República
62 foi recriada para aprimorar o relacionamento com as organizações da sociedade civil, inclusive os
63 sindicatos. Discorreu acerca da reconstrução democrática pela qual o país está passando, desejou uma
64 boa plenária a todos e elogiou o engajamento dos trabalhadores da categoria. Por fim, relatou sua
65 experiência trabalhando em sindicatos e se colocou à disposição. Em seguida, a mestre de cerimônias
66 agradeceu a presença do Sr. Juarez Umberto Ferreira, também da Secretaria Geral da Presidência da
67 República, e passou a palavra para o Sr. José Paulo Vivaldo, que cumprimentou a todos e se disse
68 honrado por estar presente na plenária. Falou sobre a integração institucional promovida pelo
69 SINPAF, o que gera respostas à população diante de um cenário de reconstrução e reorganização,
70 reafirmou a importância da aliança entre as instituições presentes em defesa da sociedade e falou
71 sobre os 35 anos do SINPAF. Após, a Sra. Selma Beltrão saudou a mesa e destacou a pauta da
72 agricultura familiar, citada pela primeira vez dentre os 35 anos da SINPAF. Enfatizou também o
73 momento de reconstrução de relações em âmbito federal, assim como em âmbito interno nas
74 instituições. Anunciou que o edital de concurso público da Embrapa será publicado em breve e
75 elogiou a inclusão da temática da diversidade na pauta da Embrapa. A Embrapa retomou o processo
76 de manutenção das 04 (quatro) carreiras, inclusive a de Assistente. A Sra. Joana D'arc Souza Bezerra
77 valorizou a luta por trás dos 35 anos do SINPAF e pediu conscientização sobre a importância dos
78 sindicatos. A seguir, o Presidente Nacional do SINPAF, Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal, saudou

79 a todos, falou da união que fez surgir o sindicato, da democracia e sua relação com o sindicato, assim
80 como está na carta da ONU e na CF de 1988. Relembrou a fundação do Sindicato, enfatizando que a
81 existência dos mesmos é uma das condições para que haja democracia, além de ser um instrumento
82 de transformação social. Falou sobre a importância da coletividade e da mobilização dos
83 trabalhadores, indicando que os sindicatos não são feitos apenas de lideranças, mas também por toda
84 a sua base. Destacou que o SINPAF em seus 35 anos, defendeu e defende as empresas públicas e é
85 contra a terceirização e a privatização. Subsequentemente, a Deputada Federal Érika Jucá Kokay
86 cumprimentou a todos e falou sobre as ameaças passadas à democracia. Criticou a privatização e a
87 ausência de projetos de desenvolvimento do país no governo anterior. Discorreu acerca da
88 reconstrução do Brasil, sem esquecer que a ameaça ainda existe, e destacou a importância do trabalho
89 por sua natureza estruturante, o que reforça a necessidade de ser defendido e protegido. Afirmou que
90 a Embrapa sempre esteve presente nas lutas em defesa da democracia, da classe trabalhadora e das
91 empresas públicas. Citou, ainda, o negacionismo visto no governo e o rompimento dos ritos
92 parlamentares em prol de grosserias e violência, em contraste colocando que os sindicatos são
93 fundamentais para agir na contramão de tais tendências. Então, a Mestre de Cerimônias agradeceu a
94 todos, desfez a mesa de abertura e convidou para a mesa de *Análise de Conjuntura Política e*
95 *Econômica Nacional*: Sr. Rodrigo Rodrigues, representante da Central Única dos Trabalhadores do
96 Distrito Federal - CUT/DF; a Sra. Ceres Hadich, do Movimento Sem-Terra - MST; Sr. Victor Pagani,
97 do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos - DIEESE Nacional; e Sr.
98 Marcus Vinicius Sidoruk Vidal, Presidente Nacional do SINPAF. Dando início às apresentações, o
99 Sr. Victor Pagani cumprimentou a todos e parabenizou pelos 35 anos do SINPAF. Falou sobre o
100 cenário político e econômico internacional, que entrou em uma era pós-pandemia de aceleração e
101 intensificação das transformações e reforço da polarização, com ascensão rápida da China em termos
102 produtivos, econômicos e tecnológicos. Citou a democracia liberal, o neoliberalismo e o crescimento
103 das políticas de extrema direita em âmbito mundial, citando o Brasil e os EUA. Anunciou que a
104 reconstrução pós-pandemia resultou em melhorias nos indicadores econômicos e sociais no Brasil,
105 que a inflação está sob controle e que o mercado de trabalho está aquecido, com aumento das vagas
106 de trabalho e da renda dos trabalhadores. Sobre o progresso social no Brasil, indicou que ocorreram
107 melhorias conjunturais, dado que as melhorias estruturais ainda são pouco significativas. Destacou
108 que, apesar disso, o bem-estar social continua negativo, mencionando ainda a presença da extrema-
109 direita no Congresso Nacional. Sobre a redução da taxa de juros promovida pelo Banco Central do

110 Brasil - BACEN, elucidou que trata-se de um grande obstáculo para a retomada dos investimentos e
111 crescimento da economia, além de tratar da chamada “PEC da Transição” e do Novo Arcabouço
112 Fiscal, que permite maior flexibilidade nos gastos. Por fim, destacou os seguintes pontos de atenção:
113 a retomada da discussão da reforma administrativa da PEC nº 32; a fusão dos pisos constitucionais
114 para educação e saúde; e a defesa de uma nova reforma da Previdência Social que faça a
115 desvinculação do piso previdenciário do salário mínimo. Definiu como grande desafio da atual
116 conjuntura econômica garantir o acesso e a ampliação dos direitos sociais na correlação de forças
117 entre o Congresso conservador, o Banco Central do Brasil – BACEN autônomo e o Novo Arcabouço
118 Fiscal. Com a palavra, a Sra. Ceres Hadich agradeceu o convite e o acolhimento na Plenária e
119 parabenizou o SINPAF pelos 35 anos. Falou sobre a economia mundial, que tem impactos em todos
120 os países e cidadãos, e da reinvenção do capitalismo, que tem como consequência a destruição da
121 natureza. Tratou dos impactos da crise econômica mundial e refletiu sobre os desafios que a
122 humanidade deve enfrentar para combater seu fim iminente, que pode ser anunciado caso medidas
123 para proteção do meio ambiente não sejam tomadas. Mencionou a queda da hegemonia econômica
124 dos EUA e citou o movimento de extrema-direita mundial e nacional, assim como a reconstrução das
125 políticas públicas e da democracia no Brasil, que julgou estar demorando mais tempo do que o
126 previsto para ser revertido. Declarou que as últimas eleições retomaram os avanços nos direitos dos
127 trabalhadores e explicou que a bancada ruralista domina o Congresso, fazendo com que muitas pautas
128 sejam mediadas através de chantagens, limitando seus avanços. Levantou três grandes pontos que
129 precisam continuar a ser defendidos: o enfrentamento à fome, o cuidado com o meio ambiente e a
130 nova governança mundial. Sobre a polarização das classes evidenciada com o processo de golpe,
131 insistiu que continua a ser disseminada entre a população, inclusive através de *fake news*. Falou sobre
132 os trabalhadores não sindicalizados e informais, o que precariza a classe e fortalece o pensamento
133 individualista de extrema-direita. Questionou as bandeiras prioritárias do governo, pedindo
134 enfrentamento na raiz dos problemas, e afirmou que as políticas públicas foram reconstruídas, porém
135 os resultados ainda não estão chegando ao povo. Declarou que o modelo atual de desenvolvimento
136 da sociedade não é sustentável e concluiu que é preciso voltar a discutir, enquanto classe, um projeto
137 de unificação para construção da soberania em busca de conquistas concretas. Ato seguinte, o Sr.
138 Rodrigo Rodrigues agradeceu o convite para a plenária e parabenizou o SINPAF. Convidou a todos
139 para uma atividade político-cultural no Eixo Sul, no dia 09 de junho, cujo tema principal seria a saúde
140 no Distrito Federal, e para o debate no Sindicato dos Bancários sobre a Câmara Legislativa do DF,

no dia 11 de junho. A respeito do Congresso Nacional, disse que o cenário já estava previsto desde a eleição de 2022 e que pode vir a piorar quando da próxima eleição para Senadores, em 2026, valorizando as eleições para prefeito pela sua formação de palanque. Citou os privilégios e obrigações que percebe por fazer parte da CUT, especificamente do Distrito Federal, como a ampla quantidade de discussões políticas que acontecem em Brasília, o que gera obrigações e prioriza debates em âmbito nacional. Falou sobre a marcha realizada pela CUT em Brasília, que gerou destaque para as lutas dos trabalhadores. Destacou o cenário difícil no país para os trabalhadores, herança histórica desde a colonização, declarando que a lógica escravista ainda é muito presente nas dinâmicas entre trabalhadores e patrões e afirmando que o cenário foi exacerbado pela inserção das tecnologias nas relações do trabalho. Afirmou que as questões supracitadas diminuem os direitos dos trabalhadores, exemplificando com os casos dos motoristas por aplicativo que sequer são reconhecidos como trabalhadores pelos seus empregadores, dado que o arcabouço atual não favorece as relações de trabalho. Criticou o ordenamento jurídico dos contratos de trabalho e a reforma trabalhista, com ênfase na premissa criada para possibilitar as jornadas de trabalho intermitentes. Insistiu que é preciso garantir que os trabalhadores tenham direitos, destacando a importância da seguridade social e repreendendo a privatização de empresas públicas. Concluiu-se que a extrema-direita tenta impedir o acesso aos direitos das classes mais baixas, desde os direitos de trabalho até de moradia. A seguir, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal lembrou da crise financeira de 2008, início da ascensão da extrema-direita em âmbito internacional. Falou sobre o golpe contra a Ex-Presidente Dilma Rousseff, que ocorreu, à espelha de outros golpes, para apoiar o neoliberalismo e os bilionários e reduzir os direitos dos trabalhadores. Declarou que foram utilizadas políticas neoliberais para amenizar os efeitos da crise de 2008, nos EUA, o que repercutiu no mundo inteiro, sujeitando a classe trabalhadora à precarização do trabalho. Lembrou que o neoliberalismo ainda está impregnado nas empresas cuja estrutura é verticalizada e insistiu que a luta da classe trabalhadora deve ser pela democratização das relações de trabalho e a reforma para estruturas mais horizontais. Mencionou critérios do neoliberalismo (privatização, desregulamentação e terceirização), que ainda estão presentes no governo. Seguindo para o debate, o Sr. Walterlenne Englen Freitas de Lima, de Goiânia, falou sobre a criação da Embrapa e o novo grupo que está debatendo as funções do órgão, e questionou como denominar o fenômeno que, em vez de tomar como exemplo o que foi feito no passado efetivamente, tenta destruí-lo, destacando que a Embrapa deve trabalhar em prol da sociedade, não das empresas particulares. Em seguida, o Sr. Antônio Guedes perguntou o que precisaria ser feito pela classe

172 trabalhadora para forçar o governo a tomar mais atitudes em prol dela, uma vez que era esperado que
173 o cenário estivesse mais evoluído do que está desde a eleição do Presidente Luís Inácio Lula da Silva.
174 Após, o Sr. Silvestre Moreira de Lima, de Parnaíba, indicou a falta de consciência política do povo
175 brasileiro por eleger um Congresso de oposição ao Presidente e indagou como enfrentar esta questão.
176 Já o Sr. Hélder Lima Carvalho, Cruz das Almas, comentou sobre as críticas ao governo atual, que
177 precisam ser contra-argumentadas comparando as ações atuais com as do governo anterior e
178 indicando as melhorias aplicadas. Afirmou que a política nacional está passando por um momento de
179 transição e pediu conscientização para conduzir os novos políticos para dentro dos movimentos
180 sindicais. Ato contínuo, o Sr. Jorge Menezes Vidal, Diretor de Formação Sindical, pediu melhorias
181 no Imposto de Renda - IR, que pesa principalmente para a classe média, e perguntou se o DIEESE
182 tem algum estudo sobre isso. Concordou com a importância da eleição para prefeitos e disse que, em
183 Sergipe, seu estado, os candidatos mais apoiados são de direita. Por fim, solicitou que fosse
184 comentada a Proposta de Emenda da Constituição - PEC para privatização das praias. Por fim, o Sr.
185 Jasiel Nunes Souza, da Embrapa Amazonas, endossou que, embora tenha havido melhorias, o
186 governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva poderia ter progredido muito mais, tanto no presente
187 mandato quanto nos anteriores. Perguntou qual é a principal diferença na composição da inflação em
188 função dos juros e se ambos os índices variam igualmente, tanto para aumentar quanto para diminuir.
189 Arrazouou que o povo brasileiro não se importa com política e declarou que os sindicatos precisam
190 agir e ser respeitados, pedindo acesso ao Congresso Nacional. Em resposta, o Sr. Victor Pagani
191 explicou que o aumento da taxa de juros e da inflação, independentemente do tipo, ocorrem
192 simultaneamente, porém com causas distintas, e citou maneiras de controlar a inflação sem aumentar
193 demasiadamente a taxa de juros, como a reforma agrária e a mudança da política de preços da
194 Petrobrás. Sobre o Imposto de Renda, falou que uma reforma almejando uma cobrança mais
195 progressiva está prevista, dizendo que a promessa do Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva
196 era isentar do IR quem recebe até R\$ 5 mil por mês. A seguir, a Sra. Ceres Hadich declarou que a
197 fome é um problema político, não de falta de alimentos. Lembrou que a direita continua em ofensiva,
198 disputando espaço, e indicou que o resultado das eleições de 2024 tende a ser catastrófico, elegendo
199 muitos candidatos de direita. Disse que a maioria das pautas discutidas no Congresso Nacional
200 atualmente são bárbaras, institucionais e de caráter estritamente ideológico, como a privatização das
201 praias. Destacou que, independentemente de ser sindicalizada e formalizada, é preciso compreender
202 a classe trabalhadora atual e mobilizá-la. Após, o Sr. Rodrigo Rodrigues declarou que as pesquisas

203 da Embrapa têm vários interesses, porém sua gestão não deve estar atrelada à demandas de produção,
204 principalmente do agronegócio, acrescentando que é preciso debater os objetivos da empresa. Sobre
205 a tributação do Imposto de Renda, concordou que é preciso que as regras mudem para tornarem-se
206 mais proporcionais e sugeriu campanhas a respeito. Falou sobre a necessidade de pressionar o
207 Congresso, buscando individualmente seus membros, expondo-os nas suas bases e interferindo com
208 a reputação diante dos eleitores. Por fim, os convidados fizeram seus agradecimentos e colocaram-se
209 à disposição do SINPAF. Ato seguinte, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal também agradeceu a
210 presença do Sr. Rodrigo Rodrigues, da Sra. Ceres Hadich e do Sr. Victor Pagani, desfazendo a mesa.
211 Então, seguiu à eleição do(a) secretário(a) e do(a) relator(a) para a mesa. O Sr. Joaquim Cleber
212 Rodrigues Sousa, Caprinos, indicou a Sra. Franciana Aparecida Volpato Bellaver, Diretora de
213 Políticas Sociais e da Cidadania, para o cargo de secretária e a Sra. Jasna Maria Luna Marques,
214 Codevasf 7ª SR Teresina, ao de relatora. Não havendo mais candidatos, ambas foram eleitas por 27
215 (vinte e sete) votos a favor e 01 (uma) abstenção. A seguir, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal
216 questionou à plenária se a pauta seria discutida antes ou depois do horário de almoço, o que foi
217 deliberado por discutir imediatamente por 27 votos a 20. Apresentou-se a seguinte pauta proposta:
218 Dia 07/06/2024: 14h às 14h45 – Diversidade e Inclusão no mundo do trabalho e nos movimentos
219 sociais. Convidados(as): Sra. Franciana Aparecida Volpato Bellaver, Diretora de Políticas Sociais e
220 Cidadania; Sr. Pedro Gustavo Marias, da Casa Rosa/DF; e Sra. Kelly Soares, APAE/DF. 14h45 às
221 15h30 – Debate e encaminhamentos. 15h30 às 16h15 – Assédio moral, sexual, preconceitos e
222 adoecimento: desafios nas relações de trabalho. Convidados(as): Sra. Silvia Belloni, Diretora da
223 Mulher; Deputada Bia de Lima (PT/GO); e Dra. Maria Eduarda Serejo, Defensora Pública do Estado
224 de Goiás. 16h15 às 17h - Debate e encaminhamentos. 19h – Lançamento do documentário 35 anos
225 do SINPAF. Dia 08/06/2024: 8h às 8h45 – Planos de Saúde de autogestão, atuação e adversidades.
226 Convidados(as): Sra. Rita Damasceno, Diretora CASEC; Sr. Lucas Conceição, representando do
227 CAD CASEC; Sr. Felipe Pilger, representante do CAD Casembrapa; Sr. Carlos Honorato, Diretor da
228 Casembrapa; Sr. Roberto Xavier, DIESAT; e Sr. Pedro Melo, Diretor de Saúde do Trabalho e Meio
229 Ambiente. 08h45 às 09h30 - Debate e encaminhamentos. 09h30 às 10h15 – Saldamento do plano BD
230 Ceres e situação da Fundação São Francisco. Convidados(as): Sr. Adilson F. Mota, Diretor Jurídico
231 do SINPAF; Sr. Murilo Xavier, Presidente da Ceres; Sr. Maurício Pietro Rocha, Presidente da
232 Fundação São Francisco; Sra. Gláucia Costa, LBS Advogados. 10h15 às 11h - Debate e
233 encaminhamentos. 11h às 11h45 – A política de terceirização do governo e as ações de defesa das

empresas públicas de pesquisa e desenvolvimento. Convidados(as): Sr. Antônio Guedes, Dir. Administrativo e Financeiro e; Secretário Geral; Sr. José Vicente Magalhães, Diretor de Relações Institucionais; Sra. Luara Dias, LBS Advogados. 11h45 às 12h30 - Debate e encaminhamentos. 12h30 às 14h – Almoço. 14h às 14h30 – Apresentação do relatório da Auditoria Fiscal Nacional. 14h30 às 15h - Debate e encaminhamentos. 15h às 15h45 - Balanço das contas da Diretoria Nacional (apresentação e votação). Convidados(as): Dr. Appel, Contabilidade AMC; Sr. Antônio Guedes, Diretor Administrativo e Financeiro. 15h45 às 16h30 - Debate e encaminhamentos. 16h30 às 16h45 – Intervalo. 16h45 às 17h45 – Acordos Coletivos de Trabalho 2024/2025 na Embrapa, Codevasf, Pesagro e Empaer. Convidados(as): representante da Seções Sindicais Pesagro; Sr. Edivaldo, representante da Seção Sindical Empaer; Sr. Paulo José da Silva, representante da CNN Codevasf; Sr. Waltterlenne Engler, representante da CNN Embrapa; Sr. Juliano Sander Musse, DIEESE/DF; Sr. Antônio Guedes, Secretário Geral. 17h45 às 18h30 - Debate e encaminhamentos. Dia 09/06/2024: 08h às 08h30 – Papel dos movimentos sociais no combate à fome. Convidados(as): Sra. Ilmarina Menezes e Sra. Franciana Volpato, Diretoras de Políticas Sociais e Cidadania; Sra. Luiza Trabuco, Secretária Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome; Sr. Marco Antônio Baratto, Coordenação Estadual do MST do DF e entorno. 08h30 às 9h - Debate e encaminhamentos. 09h às 11h – Construção do Plano de Ação. 11h às 12h – Encaminhamentos e moções. Sobre a pauta, a Sra. Mirane dos Santos Costa, Embrapa Sede, informou que indicou para a mesa do Assédio Moral ou da Diversidade a Coordenadora da missão feita pelo Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH dentro da Embrapa para identificar violações de direitos, questionando por que a sugestão não foi acatada. Em resposta, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal deliberou que, caso a Coordenadora tivesse possibilidade de comparecer, ela seria incluída, uma vez que seu nome foi indicado no prazo correto, o que foi acatado pela plenária. Após, o Sr. Pedro Almeida Choairy, do Maranhão, pediu que o tempo para debate seja respeitado e as manifestações limitadas, o que o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal afirmou que será debatido no Regimento Interno. Por fim, a pauta da Plenária Nacional foi aprovada por unanimidade. Não havendo mais nenhum apontamento no Regimento Interno, foi discutido o destaque do Sr. Pedro Choairy, então mesa e plenária chegaram a conclusão que cercearia o direito de fala dos presentes na plenária. O Regimento foi aprovado pela plenária, sendo 40 votos a favor, nenhum contra e quatro abstenções. Após o intervalo, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal informou que a palestrante indicada pela Sra. Mirane dos Santos Costa não teria disponibilidade para participar da plenária na tarde do primeiro dia. Então, passou à mesa: *Diversidade e Inclusão no*

265 *Mundo do Trabalho e nos Movimentos Sociais*. Com a palavra, a Sra. Franciana Aparecida Volpato
266 Bellaver convidou para compor a mesa o Sr. Pedro Gustavo Marias e a Sra. Kelly Soares, Associação
267 de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal - APAE/DF. Informou que junho é o mês do
268 orgulho LGBTQIAPN+, disponibilizando pins com esse tema para serem usados na plenária, e
269 apresentou a bandeira do SINPAF representando as cores do orgulho LGBTQIAPN+. Ato seguinte,
270 a Sra. Kelly Soares convidou para a festa junina da APAE, na Asa Norte, que aconteceria no dia
271 seguinte. Apresentou-se como Coordenadora-Geral de Educação da APAE/DF, Advogada e
272 Pedagoga. Destacou a importância de se usar o termo correto, “pessoa com deficiência”, e explicou
273 que a APAE/DF tem 500 atendidos matriculados a partir dos 14 anos, mas que não atende crianças
274 por fazer um trabalho diferente das escolas e sim, por ser uma instituição complementar. Relatou que
275 trata-se de uma ONG, que o público-alvo são as pessoas com deficiência intelectual e múltipla e
276 apresentou seus principais programas: preparação, inserção e acompanhamento do mercado de
277 trabalho, para os mais jovens; e o Bem-Viver, para pessoas mais velhas. Descreveu brevemente a
278 equipe e os atendimentos, relatando a acolhida da pessoa com deficiência e da sua família, além de
279 mostrar as oficinas para desenvolvimento de habilidades básicas para qualificação profissional.
280 Discorreu acerca da questão da aprendizagem, cujo tempo é individual, relatou a rotina e discriminou
281 os perfis diversificados dos atendidos, apresentando inclusive os alimentos produzidos por eles. Falou
282 sobre o curso profissionalizante de informática lecionado no telecentro acessível, que atende ainda
283 idosos e pessoas com baixa visão ou cegueira, e também o projeto paraolímpico. Afirmou que a
284 inclusão não é apenas contratar uma pessoa com deficiência, mas também torná-la parte da equipe, e
285 pediu ajuda no combate ao capacitismo e na construção de uma sociedade mais inclusiva. Em seguida,
286 o Sr. Pedro Gustavo Matias relatou que é funcionário do Sistema Único de Assistência Social –
287 SUAS, trabalhador da APAE e voluntário da Casa Rosa. Descreveu que as pautas das duas
288 organizações são relacionadas por tratarem de inclusão, de remoção de barreiras e estratégias para
289 permitir que todas as pessoas tenham igualdade de possibilidades e acessos, além da busca pela justiça
290 social. Contou que a Casa Rosa é uma instituição de assistência social em Sobradinho/DF e relatou
291 brevemente seu histórico, enfatizando que trata-se de uma ONG mantida por doações e com o trabalho
292 de voluntários. Discorreu acerca do diagnóstico sobre o contexto de violência nos espaços escolares
293 do DF, apontando que as instituições não cumprem o papel de promover e garantir a cidadania para
294 todas as pessoas. A partir daí, mencionou o trabalho desenvolvido pela Casa Rosa de visita às escolas
295 para palestrar sobre a causa. Explicou que, além do acolhimento, a instituição busca meios para que

296 as pessoas entrem no mercado de trabalho. Apresentou o projeto voltado para a segurança alimentar,
297 com distribuição de alimentos, e arrazoou a respeito do acolhimento da Casa Rosa, que abrange todos
298 aqueles que necessitam, inclusive pessoas LGBTQIAPN+, grupo muito exposto às vulnerabilidades.
299 Reafirmou a urgência da pauta da inclusão de todas as minorias e falou que sequer há dados oficiais
300 sobre pessoas trans. Apresentou os pilares do voluntariado na Casa Rosa: os atendimentos em diversas
301 áreas, a captação de recursos e parcerias, os eventos e palestras, a organização administrativa e os
302 grupos de estudo e monitoramento. Discorreu acerca das políticas contrárias à população
303 LGBTQIAPN+ a nível mundial e mencionou o ranking dos estados com melhor qualidade de políticas
304 públicas para essa população, em que o DF ficou em quarto lugar. Ato seguinte, passou-se às
305 perguntas, sendo que o Sr. Jorge Segóvia, da Embrapa Amapá, perguntou como a dualidade mental é
306 trabalhada, pedindo aceitação de todos os seres e dizendo que as religiões ensinam a amar a todos,
307 não apenas determinados grupos. Então, o Sr. Jean Cordeiro dos Santos, Codevasf 6ª SR Juazeiro,
308 declarou que a Casa Rosa é muito necessária devido ao alto índice de rejeição nas famílias, muitas
309 vezes como reflexo da religiosidade usada para repelir o diferente. Declarou que o SINPAF tem
310 falhado muito em cobrar acessibilidade nas empresas e que o debate precisa ser aprofundado. Com a
311 palavra, a Sra. Ilmarina Campos de Menezes, do Pará, questionou o que a APAE e demais ONGs
312 estão fazendo para aumentar a representatividade, por exemplo, no Legislativo, enquanto o Sr. Paulo
313 José da Silva, Codevasf 3ª SR Petrolina, lembrou das doações que podem ser feitas às instituições
314 através do Imposto de Renda. Após, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal parabenizou as falas e
315 destacou sua importância, dado que os sindicatos são entidades que lutam constantemente por
316 direitos. Relatou a inclusão no acordo coletivo da Embrapa do cumprimento da Lei de Acessibilidade,
317 o que deveria ser obrigação automática, reforçando que a lei precisa ser cumprida. Em resposta, a
318 Sra. Kelly Soares agradeceu as colaborações, concordou que todas as pessoas devem ser vistas com
319 respeito e relatou casos de pessoas com deficiência intelectual LGBTQIAPN+, que enfrentam ainda
320 mais preconceitos. Lembrou que não existe mais a curatela total para pessoas com deficiência, apenas
321 parcial, e para casos específicos, tratando da importância de se mudar a maneira de pensar acerca
322 deste público. Em seguida, o Sr. Pedro Gustavo Matias acrescentou a questão do pânico moral, em
323 que pessoas que detém certo poder constroem narrativas para criar um pânico de que algo particular
324 afeta a vida dos demais, exemplificando com o kit gay. Concordou com a relação entre religião e
325 preconceito, o que pode ser identificado através de estatísticas, e endossou que a maior parte do
326 público atendido pela Casa Rosa é de pessoas entre 18 e 25 anos, justamente devido ao preconceito

327 familiar supracitado. Sobre a organização política, mencionou o tema da Parada Gay de São Paulo,
328 ocorrida dias antes, que foi “O Retrocesso no Legislativo”, e disse que apenas o Supremo Tribunal
329 Federal - STF atua a favor da população LGBTQIAPN+, apesar de o movimento estar se organizando
330 para aumentar a representatividade. Explicou que, para o Imposto de Renda 2025, a APAE já deve
331 estar elegível para receber os fundos e disse que a lei, embora exista, pouco é cumprida inclusive
332 devido à quantidade de leis existentes no país e de suas sobreposições. Encerrou colocando que outro
333 reflexo do capacitismo é a negação da sexualidade da pessoa com deficiência intelectual. Por fim, a
334 Sra. Franciana Aparecida Volpato Bellaver agradeceu o Sr. Pedro Gustavo Matias e a Sra. Kelly
335 Soares, finalizando a mesa. Ato seguinte, deu início à mesa: *Assédio Moral, Sexual, Preconceitos e*
336 *Adoecimento: Desafios nas Relações de Trabalho*. Informou que a Deputada Bia de Lima não pode
337 estar presente e convidou para compor a mesa: a Sra. Silvia Belloni, Diretora Regional Centro-Oeste
338 e Diretora da Mulher, e Dra. Maria Eduarda Serejo, Defensora Pública do Estado de Goiás. Com a
339 palavra, a Sra. Maria Eduarda Serejo se apresentou como Defensora Pública do Estado de Goiás e
340 disse estar representando a Coordenadora do Núcleo Especializado em Promoção e Defesa dos
341 Direitos da Mulher. Iniciou sua fala explicando que o Núcleo supracitado faz parte da Defensoria
342 goiana e atua tanto em processos quanto na orientação e promoção dos direitos, inclusive com ações
343 em empresas, escolas e demais espaços. Afirmou que a Defensoria tem grupos tanto com acusados
344 quanto com vítimas de assédio e definiu legalmente assédio moral e sexual. Listou pontos
345 frequentemente encontrados em espaços onde o assédio ocorre, a saber: estrutura extremamente
346 hierarquizada, burocracia excessiva, falta de definição das funções das pessoas e competitividade.
347 Declarou que o objetivo dos grupos é combater esses pontos e que as reuniões são um espaço de fala
348 seguro e confidencial. Disse que as principais vítimas de assédio moral são as mulheres em posição
349 subalterna e que a reunião com as vítimas permite a criação de ferramentas de defesa, além de gerar
350 acolhimento. Falou, ainda, que os grupos ajudam a construir identidades coletivas, a reconstruir a
351 dignidade violada e a manter a vítima no espaço de trabalho. Sobre as pessoas acusadas de cometer
352 assédio, relatou que normalmente carregam um histórico de condutas inadequadas, que os grupos
353 reflexivos ajudam na reabilitação e podem fazer parte do processo administrativo disciplinar,
354 inclusive para que o assediador esclareça sua verdadeira intenção e motivação, dado que a
355 compreensão dos motivos que levaram ao assédio são ressignificados com a ajuda de profissionais.
356 Lembrou a quantidade de tempo investida no trabalho para justificar a importância de se estar atento
357 e consciente dos comportamentos neste ambiente. Relatou que o assédio moral afeta também a vida

358 particular das vítimas e destacou que é necessário haver uma chefia com escuta qualificada, além de
359 destacar que os papéis são mutáveis e a pessoa que hoje está em posição de chefia, amanhã poderá
360 ser um subordinado. Afirmou que é comum que as pessoas espelhem as formas como são tratadas e
361 determinou que é preciso investir em ambientes de trabalho saudáveis, o que deve ser missão de
362 todos. Ato contínuo, a Sra. Silvia Mara Belloni elogiou os grupos reflexivos e propôs ações para
363 conscientização sobre questões de gênero e raça, por exemplo, dentro dos sindicatos. A Sra. Maria
364 Eduarda Serejo acrescentou que a convivência constante no ambiente de trabalho leva a um
365 entendimento equivocado de intimidade, o que pode desencadear atos e comentários invasivos.
366 Seguindo as perguntas, o Sr. Marco Aurélio Feitosa, da Seção Sindical Algodão, cumprimentou a
367 mesa, relatou um caso de homofobia tratado pelo seu sindicato e afirmou que o assédio moral deveria
368 ser criminalizado, assim como o sexual, questionando se há algum projeto neste sentido. Após, a Sra.
369 Tércia, da Seção Sindical Campinas-Jaguariúna, agradeceu a explanação e indicou que a invasão das
370 tecnologias digitais impõe uma ausência de limitações, perguntando como o sindicato deve lidar com
371 o assédio diante das exposições através de mídias sociais em contraste com a conscientização
372 individual. A seguir, o Sr. Hélder Lima Carvalho relatou que ainda existe a cultura do trote em
373 algumas instalações da Embrapa, o que ocorre justamente quando o novo funcionário mais precisa
374 demonstrar suas habilidades, pedindo uma campanha contra esta prática. Ressaltou que a ouvidoria
375 da Embrapa não está atuando como deveria e pediu que o caso seja tratado institucionalmente. Após,
376 o Sr. Jorge Segóvia falou sobre a importância de defender as vítimas e que, caso o problema não seja
377 resolvido internamente, deve-se buscar o Ministério Público e a Polícia Federal com o apoio do
378 respectivo sindicato, exemplificando com sua vivência. Subsequentemente, a Sra. Regina Célia Nobre
379 Benício, da Seção Sindical de Fortaleza, contou que há muitos casos de assédio na Embrapa, relatou
380 sua experiência e comentou que, atualmente, a palavra da vítima basta para que a denúncia seja
381 encaminhada, não necessitando de provas, e pediu comentários a respeito. Após, o Sr. Jasiel Nunes
382 Souza parabenizou a apresentação e expôs que, muitas vezes, os próprios colegas de trabalho são
383 contra as denúncias e intimidam as vítimas. Arrazouou que os ouvidores da Embrapa não se
384 posicionam quando recebem as denúncias, pedindo combate ao assédio e acompanhamento sindical
385 para os casos denunciados. Declarou que assédio deve ser análogo a um acidente de trabalho, o que
386 gera proteção e estabilidade à vítima. Então, o Sr. Walterlenne Engle Freitas de Lima contou seu
387 histórico como vítima e somou que a Embrapa chegou a ser condenada por assédio moral. Questionou
388 como o sindicato deve proceder quando está ciente de que a questão é cultural, permissiva e que o

389 assediador sabe que está protegido pela alta cúpula da empresa, o chamado assédio moral
390 institucional. A seguir, a Sra. Mirane dos Santos Costa enfatizou que, além da ouvidoria, há uma
391 Comissão de Ética, a Corregedoria e a CIPA da Embrapa, que prometem tratar da gestão de risco,
392 porém afirmou que as estruturas não funcionam e que os sindicatos carecem de condições para atuar
393 de forma efetiva no acompanhamento dos casos. Destacou que a continuidade do caso após a denúncia
394 depende da vítima, que precisa ser incentivada a prosseguir com a ação. Declarou que o problema
395 precisa ser tratado de forma coletiva, começando pela prevenção e criação de espaços de diálogo
396 sobre o assunto. Concluiu perguntando o que significa, para os sindicatos, a Convenção nº 190 da
397 OIT, em trâmite no Congresso. Por fim, o Sr. Sérgio Cobel mencionou o assédio sexual, o
398 corporativismo dentro das empresas e as desculpas proclamadas para justificar os ocorridos, inibindo
399 as vítimas. Em resposta, a Sra. Maria Eduarda Serejo confessou não saber se há projetos de lei para
400 penalizar o assédio moral, porém questionou se o Direito Penal seria a resposta ideal, entretanto, com
401 base em sua experiência profissional, opinou que não. Declarou não ter uma resposta sobre como
402 acabar com o assédio moral, mas disse que há ações para melhorar o cenário. Parabenizou as reflexões
403 sobre o papel dos sindicatos no combate ao assédio e pediu fortalecimento de espaços, com promoção
404 e incentivo ao enfrentamento do problema, além de reforçar a importância da escuta qualificada e do
405 fortalecimento coletivo. Disse que o estágio probatório é uma forma de isolamento e silêncio e que
406 se omitir também é uma forma de defesa, tratando das testemunhas dos assédios. Insistiu na
407 importância dos espaços de diálogo e no tratamento coletivo e institucional e concordou com o
408 encaminhamento de tratar assédio como acidente de trabalho, por gerar um adoecimento psíquico.
409 Explicou que a palavra da vítima é a prova, mas que é preciso instituir órgãos de investigação
410 defensiva que consigam produzir provas. Desculpou-se por não ter conhecimento acerca da
411 Convenção nº 190 da OIT. Sobre as exposições nas redes sociais, opinou que particularmente é
412 discreta e procura não se expor, mas que é uma realidade, embora a vida pessoal não deva ser levada
413 nem debatida no ambiente de trabalho. Pediu que os sindicatos promovam a ideia de que a vida
414 particular das pessoas não é a mesma da vida no trabalho e que os trabalhadores imponham limites
415 quanto às suas vidas privadas. Com a palavra, a Sra. Silvia Mara Belloni endossou que a pessoa
416 assediada não deve se ver como fraca e que não pode ter medo de pedir ajuda. Sugeriu parcerias entre
417 sindicatos e empresas para ajudar a solucionar os problemas citados na Embrapa. Concluiu tratando
418 da importância da cura pela fala, seja com profissionais ou pessoas do convívio. **ENCERRAMENTO**
419 **07/06/2024:** Finalizada a pauta, a Sra. Franciana Aparecida Volpato Bellaver encerrou o primeiro dia

420 da 22ª Plenária Nacional do SINPAF com agradecimento a participação e colaboração de todos(as).
421 **ABERTURA 08/06/2024:** O Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal iniciou o segundo dia da 22ª Plenária
422 Nacional do SINPAF cumprimentando a todos. Anunciou a mesa: *Planos de Saúde de Autogestão,*
423 *Atuação e Adversidades*, coordenada pelo Vice-Presidente Nacional do SINPAF e Diretor de Saúde
424 do Trabalho e Meio Ambiente, Sr. Pedro de Souza Melo. Lembrou que as moções e encaminhamentos
425 deverão ser entregues até às 8h30 da manhã seguinte, subscritas por 10% da plenária, ou seja, 7
426 delegados ou delegadas. Em posse da palavra, o Sr. Pedro de Souza Melo cumprimentou a todos(as)
427 e chamou para compor a mesa: o Sr. Carlos Honorato, Diretor da Casembrapa; Sr. Felipe Haubert
428 Pilger, representante do Conselho Administrativo da Casembrapa; o Sr. Roberto Xavier, do
429 Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho -
430 DIESAT; Sr. Alan Augusto dos Reis, Presidente da Casembrapa; Sr. Sérgio Cobel, Suplente Diretor
431 de Saúde; Sr. Eurípedes Santana, Diretor Financeiro da Casembrapa; Sra. Débora, Diretora de Saúde
432 da Casembrapa. Com a palavra, o Sr. Alan Augusto dos Reis agradeceu a oportunidade e explicou
433 que a Casembrapa é um plano de saúde que atualmente foca não apenas na doença, mas também na
434 prevenção e na promoção da saúde através da Atenção Primária à Saúde. Mencionou o trabalho com
435 a telemedicina, iniciado durante a pandemia, o atendimento humanizado oferecido, a gestão da saúde
436 ocupacional e medicina do trabalho e o convênio com as farmácias para descontos. Discorreu acerca
437 da rede credenciada direta e indireta, somando mais de 300 mil prestadores de serviço. Explicou o
438 Índice de Desempenho da Saúde Suplementar - IDSS, que mede o comportamento dos planos de
439 saúde, cuja nota 0,8 de 2023 indica que a Casembrapa é um plano de excelência. Apresentou gráficos
440 comparando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e a inflação média, indicando
441 ações tomadas para adequar a relação entre receitas e despesas, como auditorias e compra direta de
442 medicamentos de alto custo. Somou que os clientes da Casembrapa têm acesso aos prestadores de
443 serviço da Cassi e da Unimed, sendo que a reciprocidade auxilia com as dificuldades de
444 credenciamento, porém aumenta os custos por impor uma taxa de administração. Afirmou que será
445 preciso promover uma reforma do Estatuto para adequação à legislação vigente e proporcionar a
446 criação de novos produtos. Por fim, apresentou o aplicativo da Casembrapa e suas funcionalidades.
447 Ato seguinte, o Sr. Felipe Haubert Pilger afirmou que a Casembrapa está evoluindo, embora ainda
448 não seja perfeita, e disse que há diálogo com a Diretoria Executiva do plano. Falou sobre a proposta
449 de atualização do Estatuto, destacando a criação da assembleia geral, como exige a legislação, e
450 relatou que o sindicato é comunicado de todas as questões relevantes que ocorrem no plano. Após, o

451 Sr. Pedro de Souza Melo falou sobre a “Pesquisa de Perfil”, em andamento desde o dia 15 de maio
452 em diversas empresas, tendo atingido 60% da meta de questionários respondidos. Então, o Sr. Roberto
453 Xavier se disse impressionado com a mobilização e o número de questionários já respondidos.
454 Indicou a metodologia utilizada e dividiu o sistema de saúde entre o modelo curativo e o modelo
455 preventivo. Apresentou o perfil com os dados já coletados, elencando categorias como gênero, raça,
456 empresa, função, predisposição e uso de Equipamentos de Proteção Individual - EPIs, embora ainda
457 não tenham sido feitos os cruzamentos de perfis, que podem ajudar a criar medidas de prevenção.
458 Indicou que, dos questionários respondidos, 41% das respostas vieram de mulheres, o que demonstra
459 que há mais trabalhadores homens nas empresas, afirmando que, estatisticamente, homens são mais
460 suscetíveis a acidentes de trânsito e menos preventivos quanto à saúde. Citou, ainda, que 62% se
461 declararam brancos, que o nível de escolaridade identificado é alto, 16% disseram ser Pessoa com
462 Deficiência - PCD e quase 80% está acima dos 40 anos, sendo 50% acima dos 50 anos, indicando
463 uma população envelhecida. Apresentou dados sobre as empresas e atividades realizadas, assim como
464 a configuração das equipes de trabalho, destacando que o assédio é mais preponderante quando é
465 praticado pelo coordenador das equipes. Somou que todos os entrevistados possuem plano de saúde
466 e o nível de satisfação, em geral, é alto. Falou, também, sobre os problemas de saúde apontados, em
467 maioria aqueles presentes em pessoas de uma faixa etária mais elevada, e a exposição a riscos,
468 dividida entre exposição diária ou semanal, sendo que os riscos de acidente de trânsito no trajeto até
469 o trabalho ainda é o maior. Por fim, tratou dos riscos psicológicos, analisados de acordo com a
470 recorrência, com o assédio psicológico ocupando o primeiro lugar, e destacou o cruzamento de dados
471 para declarar que 15% das mulheres que responderam ao questionário sofrem assédio sexual
472 diariamente, semanalmente ou recorrentemente, o que pode ser identificado como um padrão de
473 comportamento. Concluiu dizendo que, uma vez que a pesquisa for concluída, será feita uma reunião
474 para determinar os cruzamentos de dados e as ações preventivas a serem tomadas a partir dos
475 resultados. Seguindo as perguntas, o Sr. Elanderson Soares Lima, Diretor Administrativo-Financeiro
476 Suplente, elogiou o aplicativo da Casembrapa, porém afirmou que muitos funcionários da Embrapa
477 não têm facilidade em usá-lo, o que gera desconforto. Mencionou os funcionários inadimplentes e
478 desligados do plano de saúde, solicitando um levantamento a respeito para regulamentação e possível
479 parcelamento da dívida. A seguir, o Sr. Arnaldo Santos Rodrigues, da Embrapa Aracajú,
480 complementou que o contato deve ser telefônico ou via Recursos Humanos e tratou do tempo elevado
481 de atendimento das clínicas. Relatou, ainda, a situação de Maceió, que praticamente não tem rede da

482 Casembrapa e onde a da Cassi e da Unimed são precárias, pedindo negociação com outras clínicas.
483 Após, o Sr. João Cordeiro da Fonseca, Recife, agradeceu o SINPAF pela plenária e parabenizou a
484 Casembrapa pelo atendimento realizado, questionando se há previsão para ampliar os atendimentos
485 de telemedicina e quanto à inclusão de tratamentos odontológicos nos planos. A Sra. Izete Barbosa
486 dos Santos, de Macapá, elogiou a Casembrapa, assim como o aplicativo, porém questionou quando o
487 plano família será implementado, pediu um representante para acompanhar a alteração do Estatuto,
488 perguntou o motivo que leva à cobrança da taxa de negociação para inadimplentes e relatou a carência
489 nas áreas de psicologia e psiquiatria em Macapá. Subsequentemente, o Sr. Marcos Gonçalves
490 Tenório, Florestas, arrazoou que são frequentes os relatos de problemas psicológicos entre os
491 trabalhadores, inclusive levando à casos de suicídio, e indagou se o sindicato pode cobrar a
492 contratação de psicólogos pelas empresas. Em resposta, o Sr. Felipe Haubert Pilger afirmou que já
493 foi aprovada uma forma de simplificar as negociações com os inadimplentes, a chamada matriz de
494 negociação, com juros em 0,5%. Confirmou que há locais com maior dificuldade no credenciamento
495 e que o plano odontológico depende de aprovação da Embrapa, o que carece de negociações. Sobre
496 a reforma do Estatuto, disse que foi debatida ao extremo, porém ainda não está aprovada, que há
497 representatividade e que também regulamentará o plano familiar. Explicou que há impedimentos
498 legais para contratação de psicólogos pelas empresas. Após, o Sr. Alan Augusto dos Reis declarou
499 que há atendimentos alternativos para aqueles que não se sentem confortáveis ou não usam aplicativos
500 e e-mails. Afirmou que a diretoria está ciente da demora nas clínicas e a Casembrapa está na iminência
501 de contratar um sistema autorizador mais robusto, o que deve regularizar a demanda em breve. Sobre
502 a telemedicina, disse que já foi ampliada e que é uma tendência, porém sempre haverá a opção de
503 comparecimento presencial. Disse que o plano odontológico está em estudo, mas há um custo
504 administrativo a ser considerado. Relatou a existência do núcleo psicossocial na Embrapa para
505 oferecer os serviços, uma vez que a Casembrapa oferece apenas indiretamente através da rede
506 credenciada. Ato seguinte, o Sr. Eurípedes Santana explicou, quanto ao parcelamento de dívidas, que
507 a matriz máxima é de 120 parcelas, e declarou que a taxa de negociação é um repasse do custo de
508 emissão dos boletos praticado pelos bancos, sendo que há tratativas junto ao Banco do Brasil para o
509 parcelamento eletrônico, o que pode extinguir a taxa. Complementando, a Sra. Débora disse que há
510 um projeto em andamento para reintegrar os trabalhadores que saíram do plano, porém lembrou que
511 os beneficiários são informados antes da suspensão das coberturas, inclusive por cartas, mas que para
512 isso é preciso que os cadastros estejam atualizados. Relatou casos de cidades em que clínicas não

513 tiveram interesse no credenciamento direto, pedindo indicações. Falou que há especialidades na
514 telemedicina, mas que o médico de família deve acompanhar todo o atendimento, acrescentando que
515 a tecnologia ajuda nos casos de regiões onde faltam profissionais. Retomando as perguntas, a Sra.
516 Raquel Soares Juliano, da Embrapa Pantanal, questionou se há algum mecanismo para incentivar o
517 credenciamento e, sobre a pesquisa, perguntou se houve reclamações e sugestões sobre o
518 preenchimento, relatando suas dificuldades e afirmando que, com um preenchimento facilitado,
519 amplia-se o número de respostas de trabalhadores com mais dificuldades e aprimora-se a amostragem.
520 Após, a Sra. Regina Célia Nobre Benício saudou a mesa, pediu credenciamento da Casembrapa em
521 hospitais de Fortaleza, o que atualmente não há, e elogiou a telemedicina. Então, a Sra. Ilmarina
522 Campos de Menezes reforçou que a pesquisa online reprime as respostas dos funcionários com
523 dificuldades em acessar tecnologias, compartimentando os resultados, e sugeriu intervenção das
524 Seções Sindicais até mesmo para aumentar o número de participações. A seguir, o Sr. Jasiel Nunes
525 relatou que o sistema da Casembrapa constantemente fica indisponível no Amazonas, obrigando os
526 beneficiários a usarem a cobertura da Cassi ou a Unimed. Insistiu na modificação do Estatuto,
527 inclusive para abranger os idosos e aposentados. Ato contínuo, o Sr. Silvestre Moreira de Lima tratou
528 da burocracia da Embrapa e das dificuldades com e-mails e aplicativos e o Sr. Waltherlenne Englen
529 Freitas de Lima indagou se a Embrapa encaminhou para a Agência Nacional de Saúde – ANS a
530 proposta de revisão da regulamentação das operadoras de alta gestão e se o documento pode ser
531 disponibilizado. Por fim, contou sua experiência com instabilidades no sistema da Casembrapa. Já o
532 Sr. Ênio Fraga, da Seção Solos, endossou a demora das autorizações da Casembrapa e perguntou da
533 relação do plano com os idosos e aposentados. Sobre o credenciamento, sugeriu um sistema de
534 monitoramento de uso para mapear os locais mais acessados e focar seus esforços neles. Falou, ainda,
535 sobre o atendimento médico de emergência nas unidades da Embrapa, que embora conte com médicos
536 do trabalho e enfermeiros, estes não podem atuar. Por fim, o Sr. Sérgio Cobel pediu colaboração com
537 a divulgação do formulário. Em réplica, o Sr. Roberto Xavier declarou que não teve tempo para
538 tabular as respostas do questionário sobre o próprio, mas que analisou superficialmente as respostas
539 e disse que a maioria elogiou a iniciativa. Explicou que o ideal seria construir um cadastro de
540 funcionários e selecionar a amostra ideal, fazendo um contato ativo, porém acrescentou que desta
541 forma fica muito mais caro do que liberar o formulário. Destacou que várias pessoas podem utilizar
542 o mesmo equipamento de tecnologia da informação para preenchimento do formulário, o que permite
543 também que terceiros auxiliem aqueles com dificuldades em responder independentemente, o que

544 deve ser organizado nas empresas. Após, o Sr. Felipe Haubert Pilger tratou dos aposentados, dizendo
545 que a questão não iria se resolver apenas com a reforma do Estatuto, uma vez que está efetivamente
546 prevista em acordo coletivo e no modelo de custeio, que também precisa ser discutido e alterado.
547 Então, o Sr. Eurípedes Santana lembrou que o novo sistema autorizador deve ser implementado
548 ainda em junho e informou que o documento supramencionado foi encaminhado à ANS, estando
549 disponível parcialmente no portal da agência. Continuando, a Sra. Débora falou que o credenciamento
550 é constante, mas não depende apenas da Casembrapa, como também do prestador, que avalia a
551 quantidade de demandas. Reiterou que os dados pertinentes são analisados e que há a busca ativa pelo
552 credenciamento. Complementou que a instabilidade do sistema, embora incomum, não pode ser usada
553 como justificativa para negar atendimento e que, caso haja algum problema, o prestador de serviço
554 deve registrar o atendimento na guia física. Por fim, o Sr. Alan Augusto dos Reis agradeceu a todos,
555 incentivou o uso da medicina preventiva e colocou-se à disposição para ouvir opiniões com o objetivo
556 de melhorar o plano cada vez mais. O Sr. Carlos Honorato reforçou que a Casembrapa é do sindicato,
557 colocou-se à disposição e afirmou estar em busca de uma solução para os aposentados. Lembrou que
558 os delegados são formadores de opinião em suas unidades e pediu apoio à reforma do Estatuto. Em
559 seguida, o Sr. Pedro de Souza Melo informou que os representantes da Caixa de Assistência à Saúde
560 dos Empregados da Codevasf - CASEC foram convidados, porém não compareceram, e agradeceu
561 os presentes, encerrando a mesa. Ato seguinte, a Sra. Franciana Aparecida Volpato Bellaver deu
562 início à mesa: *Saldamento do Plano BD Ceres e situação da Fundação São Francisco*. Convidou
563 para compor a mesa: Sr. Adilson F. Mota, Diretor Jurídico do SINPAF; Sr. Murilo Xavier, Presidente
564 da Ceres; Sr. Maurício Pietro Rocha, Presidente da Fundação São Francisco; Dra. Gláucia Costa, LBS
565 Advogados. Com a palavra, o Sr. Adilson Mota afirmou que há a possibilidade do plano BD Ceres
566 ser saldado, o que causou a atuação do SINPAF devido à inquietação dos eminentes, que seguem
567 pagando, e à insegurança dos não-iminentes. Anunciou que o Sr. Murilo Xavier iria esclarecer a
568 situação atual e as consequências futuras. Antes, porém, o Sr. Maurício Pietro Rocha tomou a palavra,
569 descreveu brevemente sua formação e experiência profissional e parabenizou o SINPAF pelos 35
570 anos, destacando a importância dos sindicatos em promover o bem-estar dos trabalhadores. Declarou
571 que a missão da Fundação São Francisco é prover soluções previdenciárias sustentáveis e discorreu
572 acerca da responsabilidade de gerir um fundo tão significativo. Contou brevemente o histórico da
573 Fundação, com ênfase para o saldamento exitoso do 1º plano, instituído na década de 80, processo
574 similar ao da Ceres. Acrescentou que os beneficiários do novo plano estão satisfeitos, que o plano é

575 fechado e não contributivo. Apresentou que, em 2023, foram pagos R\$ 4,8 milhões em benefícios
576 para mais de 890 aposentados e pensionistas. Descreveu a estrutura da Fundação e os participantes,
577 com destaque para o número de beneficiários acima dos 86 anos, o que impacta nas obrigações do
578 plano. Refletiu sobre o plano aberto da Codeprev, com mais de 1.300 participantes entre os 1.900
579 funcionários da Codevasf, e explicou que estão sendo desenvolvidas ações com os não participantes
580 para incentivá-los a participar, pedindo apoio do SINPAF na divulgação e conscientização.
581 Esclareceu que, atualmente, a inscrição no plano é automática e que o funcionário tem até 120 dias
582 para se manifestar contra e pedir o cancelamento. Descreveu alguns desafios de se gerir os ativos dos
583 planos com base nas metas atuariais e apresentou os dados, destacando a redução da taxa do fundo
584 de risco cobrada de 10% para 5%, sem causar prejuízos aos trabalhadores. Ato seguinte, o Sr. Jorge
585 Menezes Vidal informou a distribuição de um questionário, pedindo que seja preenchido com o
586 objetivo de ajudar na elaboração de um curso de formação sindical para todas as seções e empresas.
587 A seguir, o Sr. Murilo Xavier contou que está há 3 meses na Presidência da Ceres, dando razão para
588 ambos os lados, tanto os iminentes, uma vez que a regra do plano indica que, a partir de determinada
589 idade, a contribuição deixa de melhorar a condição da aposentadoria do contribuinte e apenas
590 colabora com o coletivo, quanto dos não-iminentes, que sentem-se inseguros diante da própria
591 aposentadoria pela extinção do plano. Falou que há um clima de conflito na Embrapa que precisa ser
592 resolvido. Relatou as reuniões constantes com a diretoria da Embrapa e lembrou que é preciso mais
593 do que uma única alternativa para o problema, questionando se há opção além do saldamento, ao que
594 sugeriu a modificação do regulamento do plano para interromper a contribuição em determinada
595 idade. Sobre o saldamento, falou que os estudos foram aprofundados com base nos dados de
596 dezembro de 2023 e, extinguindo-se a contribuição extraordinária, seria viável um ganho de mais de
597 6,5% na aposentadoria de 90% dos não-iminentes, desde que fosse pago o valor limite, mas que
598 alguns perderam cerca de 1%. Informou que foi calculada também a opção de avançar optativamente
599 a contribuição até os 65 anos, sendo que o valor da aposentadoria aumentaria tanto em decorrência
600 da contribuição pessoal quanto pela Embrapa, gerando acréscimo médio de 20% no benefício, sem
601 perda para nenhum trabalhador. Observou-se que, no caso do saldamento, a dívida da Embrapa é
602 extinta. Destacou que o grande problema do saldamento é a credibilidade da Ceres, principalmente
603 entre os não-iminentes, por isso as contas estão sendo refeitas por auditores externos. Retomando a
604 proposta de mudança do regulamento para extinguir a contribuição após os 60 anos, falou que
605 depende de outros órgãos, como a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais -

606 SEST e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, além dos atuários.
607 Concluiu colocando que o SINPAF apoiou a causa dos não-iminentes e lembrou que nada concreto
608 deve acontecer ainda em 2024, dada a complexidade do tema. Ato contínuo, a Dra. Gláucia Costa, da
609 LBS Advogados, que atende o SINPAF, elogiou a fala anterior e concordou que o abate da
610 credibilidade é um fator gravíssimo para um regime de previdência complementar, sendo resultado
611 da falta de informação ou da disseminação de informações que não implicam em segurança. Endossou
612 a necessidade de participação dos trabalhadores na discussão e da garantia de segurança jurídica e
613 saúde financeira. Questionou se há uma estimativa do valor comprometido com o passivo,
614 anteriormente obtendo a resposta de que não. Também indicou a falta de segurança jurídica no
615 saldamento, solicitando a análise dos pontos. Insistiu que é preciso cobrar da Ceres transparência e
616 participação dos trabalhadores e assistidos, donos do patrimônio, que também precisam enxergar o
617 patrimônio como seu. Em seguida, o Sr. Adilson F. Mota acrescentou que desde o começo foi
618 identificado que o sindicato deveria participar do processo, dada a insegurança existente, além de
619 explicar a tramitação legal do saldamento. Fez uma ressalva sobre a atualização dos dados cadastrais
620 da Ceres, uma vez que um terço está desatualizado segundo o Conselho Deliberativo, necessários
621 para realização do trabalho preciso dos atuários. Pediu, também, uma lista atualizada dos
622 trabalhadores não-iminentes, pois os dados se alteram constantemente. Seguindo as perguntas, o Sr.
623 Felipe Haubert Pilger indicou uma mudança de postura da Ceres, fruto do trabalho do SINPAF, e
624 refletiu sobre os impactos da reforma da Previdência Social na administração da previdência privada.
625 Então, o Sr. Ademar Rodrigues Neto, Embrapa Soja - Londrina, questionou se existe dívida da
626 Embrapa com a Ceres, de qual valor e quando será saldada, além de afirmar que as informações não
627 estão chegando aos trabalhadores. Após, a Sra. Ilmarina Campos de Menezes pediu um histórico do
628 saldamento da Codevasf, julgado como mais fácil, e indagou sobre a possibilidade de uma mesa de
629 negociação para resolver a questão, com representantes da Ceres, da Embrapa, dos iminentes e dos
630 não-iminentes, a espelho do caso da Codevasf. Ato seguinte, a Sra. Andrea Matos, Solos, relatou seu
631 histórico com a Ceres, comparando com outros regimes de previdência, perguntou se o saldamento é
632 devido e questionou se as trabalhadoras precisarão adiar suas aposentadorias para manter a condição
633 prometida. Subsequentemente, o Sr. Lucas Ednei Lima Santana, Cerrados, indicou que a principal
634 dúvida dos trabalhadores é o motivo do surgimento do saldamento, ao que ouviu dizer que se deu
635 pelo risco jurídico dos iminentes darem entrada em uma ação. Porém, lembrou que o risco jurídico
636 não se encerra com o saldamento, questionando qual é a situação atual e se a questão está parada ou

637 em andamento. A seguir, o Sr. Jasiel Nunes indagou qual é a situação daqueles que migraram da
638 Ceres para a Flex e o Sr. Silvestre Moreira de Lima perguntou como a Ceres será apresentada aos
639 novos trabalhadores provenientes do concurso público. Logo após, a Sra. Ivonete Ibiapina, da
640 Codevasf Sede, relatou que pagou a Ceres por um período e posteriormente migrou para a Codeprev,
641 questionando se o seu saldo foi transferido ou segue em uma poupança na Ceres. Em resposta, o Sr.
642 Maurício Pietro Rocha contou brevemente o histórico das contribuições até chegar ao saldamento da
643 Fundação São Francisco, como resultado da alta da contribuição, o que gerou insatisfação.
644 Apresentou que o resultado foi uma redução no benefício atrelada à diminuição dos anos de
645 contribuição. Sobre a reserva de poupança, afirmou que o valor poderá ser resgatado quando da
646 aposentadoria. De imediato, a Dra. Gláucia Costa concordou que o trabalhador precisa ter
647 conhecimento da gestão e do funcionamento dos planos de previdência complementar, assim como
648 participar do processo, o que ajuda na credibilidade. Tratou também das vantagens entre os planos de
649 previdência complementar fechados e aqueles oferecidos pelos bancos, em que o contribuinte não
650 pode sequer opinar. Após, o Sr. Murilo Xavier elogiou as manifestações e explicou o que são planos
651 BD, julgando-os ultrapassados. Indicou fatores fundamentais para o surgimento do saldamento: o fato
652 das pessoas estarem vivendo e trabalhando mais, somado ainda às mudanças na previdência social e
653 os altos salários da Embrapa. Declarou que, embora sempre haja risco judicial, julgou não ser um
654 fator significativo, e destacou a renda somada ao fundo da Ceres pelo rendimento das aplicações,
655 lembrando que este fator também precisa ser acompanhado. Sobre os dados cadastrais, concordou
656 que é um problema grave e que está dialogando a respeito com a Embrapa, que apresenta problemas
657 com a transmissão de informações, mas elucidou que os atuários confirmaram que as deficiências
658 cadastrais não alteram os cálculos. Declarou que, enquanto for Presidente da Ceres, não permitirá que
659 nenhum trabalhador seja prejudicado, insistindo na importância das análises e estudos em busca da
660 melhor solução. Arrazouou sobre a importância da previdência complementar e discorreu acerca de
661 melhorias que precisam ser feitas na Ceres, como comunicação e atendimento humanizado. Pediu
662 desculpas por não saber o valor exato da dívida da Embrapa com a Ceres, mas afirmou que o valor
663 está sendo abatido do superávit e será extinto no caso do saldamento. Disse que, inicialmente, também
664 não simpatizou com a ideia do saldamento, mas que entendeu os benefícios decorrentes da migração
665 para o Flex, e explicou que a Ceres realizou saldamentos anteriores sem tantos conflitos. Sobre os
666 novos empregados, relatou que os planos serão provenientes de patrocinadoras, com a Embrapa sendo
667 a maior. Incentivou a adesão automática, sendo que uma estratégia a respeito foi desenvolvida, e

668 insistiu que o sistema de comunicação da Ceres é muito fraco e precisa ser aprimorado para dirimir
669 problemas. Com a palavra, o Sr. Felipe Haubert Pilger falou que, no Flex, a Embrapa para de
670 contribuir quando o funcionário atinge 60 anos, porém ele não poderá mais se aposentar nesta idade,
671 dada a reforma da previdência social, questionando o que deve ser feito para a Embrapa continuar
672 contribuindo. O Sr. Murilo Xavier respondeu que o regulamento do plano Flex precisa ser alterado,
673 com uma autorização da SEST para a Embrapa, o que está encaminhado. Sobre os casos de
674 funcionários que mudaram de planos, explicou que terão acesso aos valores depositados por eles
675 mesmos, porém não aqueles depositados pela Embrapa, diferente do que ocorre com o saldamento,
676 onde o valor total seria migrado para o plano Flex. Retomando as perguntas, o Sr. Celso Torres,
677 Codevasf 7ªSR Teresina, levantou sua preocupação com as patrocinadoras, mas reforçou a
678 importância e os benefícios da previdência complementar. Após, o Sr. Jorge Severo da Costa,
679 Embrapa Petrolina, perguntou o que é o plano multipatrocinado e o Sr. Ênio Fraga destacou a queda
680 significativa de salário quando da aposentadoria, o que leva os trabalhadores a continuarem no
681 mercado de trabalho. Então, o Sr. Paulo José da Silva relatou problemas enfrentados pelo saldamento
682 da Fundação São Francisco e questionou se pode migrar para o plano 2. O Sr. Maurício Castelo
683 Branco Santana, da Embrapa Teresina, confirmou que a contribuição extraordinária foi extinta e pediu
684 que as decisões sejam tomadas da melhor forma possível. Por fim, o Sr. Adilson Mota disse estar
685 preocupado com os mais de 700 funcionários que não aderiram à previdência complementar,
686 indagando o que está sendo feito quanto a isso, e insistiu que é preciso transparência no processo
687 provinda da diretoria da Embrapa. Em resposta, o Sr. Maurício Pietro Rocha explicou que o
688 multipatrocinio gera escala administrativa para custeio da Fundação, reduzindo a taxa de
689 administração sem reduzir a qualidade dos serviços prestados. Explicou que o Sr. Paulo José da Silva
690 deve fazer um aporte extraordinário para aumentar a reserva individual. Lembrou que a Fundação
691 São Francisco não tem fins lucrativos e busca o melhor para seus beneficiários e afirmou que há uma
692 missão para incluir mais funcionários no plano através da conscientização, palestras e comunicação.
693 Concluindo, o Sr. Murilo Xavier confirmou que a contribuição excepcional está suspensa até março
694 de 2025, dado que os atuários preferem definir as cobranças ano a ano, e agradeceu a oportunidade
695 de participar da plenária. Assim sendo, a Sra. Franciana Aparecida Volpato Bellaver encerrou a mesa
696 e colocou em regime de votação que a mesa seguinte fosse adiada para o período vespertino, dado o
697 avanço do horário, o que foi aprovado. Após o intervalo, a Sra. Franciana Aparecida Volpato Bellaver
698 deu a palavra à Sra. Virgínia Barriel, Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos Humanos -

699 CNDH, Coordenadora da Comissão Permanente do Direito ao Trabalho, Educação e Seguridade
700 Social e Coordenadora da Missão do CNDH na Embrapa, que começou explicando que o Conselho
701 é um órgão de Estado, vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania - MDH, paritário,
702 e que conta com treze Comissões que ouvem os trabalhadores e elaboram minutas de recomendações,
703 notas técnicas, resoluções, entre outros. Aclarou que foram recebidas denúncias de assédio moral,
704 sexual e homofobia de funcionários da Embrapa, culminando até mesmo no suicídio de trabalhadores,
705 o que foi apurado pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CEREST. Descreveu que a
706 missão não tem como objetivo a punição, e sim o caráter propositivo, relatando que está sendo feita
707 a escuta dos trabalhadores pessoalmente ou virtualmente para elaboração de um relatório com
708 recomendações para coibir as práticas de assédio detectadas. Afirmou que o assédio está enraizado
709 na Embrapa, o que não é tão comum em empresas com cargos e salários mais altos, e criticou o
710 processo de avaliação dos trabalhadores. Afirmou que a aplicabilidade das recomendações será
711 cobrada, assim como observação das empresas fiscalizadoras, e somou que os relatos podem ser feitos
712 também por e-mail. Expôs o caráter devastador do assédio, insistiu que as empresas precisam
713 combater e prevenir os casos, e colocou-se à disposição. Após, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal
714 disse que a questão do assédio está sendo discutida no acordo coletivo, assim como as propostas de
715 combate ao assédio na Embrapa, apontada como uma empresa que pratica o assédio institucional.
716 Pediu acesso ao relatório, quando estiver pronto, e agradeceu a presença e o trabalho. Ato seguinte, a
717 Sra. Franciana Aparecida Volpato Bellaver iniciou a mesa: *A Política de Terceirização do Governo*
718 *e as Ações de Defesa das Empresas Públicas de Pesquisa e Desenvolvimento*. Convidou para compor
719 a mesa: Sr. Antônio Aparecido Guedes de Oliveira, Diretor Administrativo-Financeiro e Secretário
720 Geral; Sr. José Vicente Magalhães, Diretor de Relações Institucionais; a Sra. Luara Dias, LBS
721 Advogados. Dando início, o Sr. José Vicente Magalhães falou que a terceirização já vinha sendo
722 usada no serviço público, porém passou a atingir as áreas fins das empresas em 2017, sendo
723 implementada de forma sorrateira e mascarada. Relatou que na Embrapa, atualmente, os assistentes
724 são os mais terceirizados, o que abre precedente para, no futuro, haver a terceirização até mesmo de
725 pesquisadores, precarizando o trabalho e apresentando um risco para a continuidade dos serviços.
726 Citou como consequências da terceirização na Embrapa, ainda, a descontinuidade das pesquisas e a
727 perda de controle devido ao orçamento. Refletiu que o papel do sindicato deve ser conscientizar a
728 base dos efeitos da terceirização agora e no futuro e afirmou que estão sendo buscados espaços para
729 debater com a gestão da Embrapa a visão sobre este cenário. Disse que, embora o discurso das

730 autoridades seja contrário à terceirização, na prática segue sendo aplicada, e exemplificou lembrando
731 que, embora o concurso público para a Embrapa esteja às vésperas de ser iniciado, o Boletim de
732 Comunicação Administrativa - BCA nº 5 a respeito ainda não foi revogado. Sobre a Codevasf, falou
733 que a terceirização já acontece abertamente e que o objetivo é reduzi-la, e pediu mobilização junto
734 aos parlamentares estaduais. Após, o Sr. Antônio Guedes disse que a terceirização na Embrapa foi
735 deliberada e insistiu que o BCA de janeiro de 2023 precisa ser revogado, embora acredite que não
736 será. Reafirmou que até mesmo o Presidente Luís Inácio Lula da Silva se posicionou contrário à
737 terceirização da Embrapa, mas que ainda assim ela segue acontecendo, e que não há nenhuma atitude
738 concreta para inibir seu avanço. Somou que a terceirização é um projeto antigo e, embora seja
739 legalizada, não é obrigatória. Afirmou que o Governo está trabalhando em prol dos trabalhadores,
740 mas que se o próximo governo não for da base dos trabalhadores, os sindicatos serão fechados. Insistiu
741 na importância dos sindicatos e na luta pelo recuo da terceirização, afirmando que em cinco anos as
742 pesquisas da Embrapa estarão comprometidas se o cenário atual progredir. Com a palavra, a Dra.
743 Luara Dias declarou que o judiciário é extremamente positivista, visando os interesses do capital,
744 para explicar as decisões do STF em matéria de direito do trabalho nos últimos anos. Afirmou que,
745 no caso da Embrapa, o SINPAF ajuizou uma ação questionando a legalidade da terceirização dos
746 assistentes, que foi derrubada diante do julgamento do STF de 2018, o Paradigma nº 725, que deu a
747 possibilidade de se terceirizar as atividades-fim das empresas. Sobre a Codevasf, explicou que foi
748 ajuizada uma ação em 2013 com acompanhamento do SINPAF, que chegou a indicar que a
749 terceirização seria ilícita em 2017, portanto antes do julgamento do STF. Contou que a Embrapa
750 retomou o processo de terceirização em 2018 e relatou que o SINPAF conseguiu frear,
751 temporariamente, o progresso da terceirização até fevereiro de 2024, quando a empresa encaminhou
752 uma nova resolução para análise, incluindo tanto assistentes quanto secretários executivos no
753 processo de terceirização. Citou a lei que diz que não se pode terceirizar atividades que são objeto do
754 plano de cargos e salários, porém aclarou que há uma brecha baseada no princípio da eficiência,
755 economia ou razoabilidade, deixando a questão ampla. Definiu o Paradigma nº 725, do STF, como
756 um precedente com potencial para extinguir a Justiça do Trabalho, exemplificando a questão com
757 casos em que precedentes foram usados em demérito de trabalhadores. Resumiu que a solução seria
758 a mobilização coletiva e que não se pode contar com o judiciário. Iniciando as perguntas, o Sr. Marco
759 Aurélio Feitosa endossou a fala de que a terceirização é a precarização do trabalho e a necessidade
760 de luta contra ela. Perguntou o que seria mais eficiente: uma ação jurídica ou uma ação política,

761 opinando pela última. Disse, ainda, que o edital do Codevasf foi aberto apenas com vagas para o nível
762 superior e indagou se o SINPAF se manifestará pedindo vagas de nível médio. Em seguida, o Sr.
763 Lucas Ednei Lima Santana concordou que o BCA que extingue o cargo de assistente deve ser
764 revogado, pois abre uma brecha para a terceirização. Disse que faltam ações concretas da Diretoria
765 da Embrapa e que a inclusão dos assistentes no edital é ilusória. Após, a Sra. Andrea Matos criticou
766 o BCA nº 5 e questionou a possibilidade de elaboração de um ato ao Tribunal de Contas da União –
767 TCU, acrescentando que a previsão é que o orçamento da Embrapa dure até junho e que, embora o
768 salário dos concursados esteja garantido pelo Tesouro Nacional, os dos terceirizados não está. Então,
769 o Sr. Jasiel Nunes defendeu a posição dos assistentes e sugeriu apresentar a situação diretamente ao
770 gabinete do Ministro ou às demais autoridades, através de articulações. Subsequentemente, o Sr.
771 Paulo José da Silva pediu que as empresas apresentem os gastos com terceirizados e o total de
772 funcionários neste regime, o que pode ser solicitado pelo Presidente Nacional do SINPAF. Após, o
773 Sr. Jorge Menezes Vidal perguntou como é a terceirização em outros países e o Sr. Maurício Castelo
774 Branco Santana pediu atenção aos editais, para que seja garantido o seu cumprimento. Com a palavra,
775 o Sr. Silvestre Moreira de Lima pediu que todos ajudassem na busca por soluções ao problema
776 apresentado e o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal lembrou que há implementações a serem feitas e
777 que, para seguir com a terceirização, será preciso um modelo de financiamento, um de gestão e um
778 de empresa onde caiba Organização Social – OS. Concordou que a batalha não está perdida e que a
779 terceirização é uma decisão política, portanto é preciso articulação. Avançando nas respostas, o Sr.
780 José Vicente Magalhães disse que é importante definir uma forma de organização para combater a
781 terceirização, lembrando que ao menos o governo atual é progressista e em prol dos trabalhadores.
782 Insistiu que o sindicato deve fazer a sua parte, mas que o acesso ao Ministro da Agricultura é difícil.
783 Se comprometeu a visitar todos os parlamentares para apresentar as pautas dos trabalhadores da
784 Embrapa, da Codevasf, da Pesagro e da Empaer de forma simples e resumida, pedindo movimentação
785 também na base. Afirmou que a terceirização abre espaço para a corrupção através dos contratos por
786 possibilitar funcionários fantasmas, desejando ainda preservar a idoneidade das empresas. Por fim, a
787 Dra. Luara Dias acrescentou que a luta não deve ser apenas no campo político institucional, mas
788 também com a disseminação das informações de forma ampla e com mobilização coletiva. Afirmou
789 que as novas formas de trabalho tendem a isolar os trabalhadores e dizimar a comunicação entre eles,
790 prevenindo articulações, por isso é preciso conscientizar o todo. Disse que as cadeias de produção de
791 trabalho e a fragmentação da produção em empresas distintas são tendências mundiais, mas não soube

792 informar como a questão da terceirização é tratada em outros países. Julgou válida a ideia de denúncia
793 no TCU, desde que juntada a documentação necessária e visando a responsabilização das empresas
794 pelo risco do não cumprimento das obrigações trabalhistas. Finalizando a mesa, o Sr. Antônio Guedes
795 mencionou que a construção coletiva ainda não avançou dentro da Codevasf, sendo que, assim como
796 a Embrapa, é uma minoria que luta contra a terceirização. Afirmou que os assistentes não participam
797 das reuniões de tomada de decisão na Embrapa, portanto não decidem por si mesmos, e lembrou que
798 a maioria dos gestores não foi preparada para assumir o cargo. Ato seguinte, a Sra. Franciana
799 Aparecida Volpato Bellaver agradeceu e desfez a mesa, seguindo para a *apresentação do Relatório*
800 *da Auditoria Fiscal Nacional - AFN*. Convidou para a mesa: Sra. Joana D'Arc Souza Bezerra,
801 Presidente da AFN, Sr. Ildos Parizotto e Sr. Marco Antônio Silva Pinto. Em posse da palavra, a Sra.
802 Joana D'Arc Souza Bezerra iniciou a apresentação dizendo que a auditoria do ano de 2023 foi
803 realizada nos meses de abril e maio de 2024, registrando a relevância da questão financeira dentro do
804 SINPAF. Relatou que o papel da auditoria é realizar a conferência minuciosa dos dados, o que é feito
805 com zelo e com o objetivo de manter a saúde financeira do sindicato. Destacou a apresentação de
806 documentos de acordo com o Estatuto e resumiu que foram: 42 seções que apresentaram
807 documentação corretamente, quatro seções sindicais com apontamento e seis seções que não
808 completaram a apresentação da documentação no tempo hábil do exercício de 2023 para conferência
809 da AFN. Afirmou que os problemas encontrados são simples de serem resolvidos e parabenizou os
810 que obtiveram sucesso. Comparando com 2022, disse que foram 4 seções com apontamentos e as
811 demais 48 entregaram no prazo, querendo entender o que aconteceu nas seis que não entregaram os
812 documentos referentes à 2023. A seguir, o Sr. Marco Antônio Silva Pinto falou sobre o manual de
813 procedimentos, disponível no site do SINPAF, que orienta a seção sindical a fazer a prestação de
814 contas. Afirmou que a auditoria deixará de conferir as planilhas para focar apenas na legalidade dos
815 gastos, que devem estar de acordo com as regras e com a moral. Após, o Sr. Ildos Parizotto fez a
816 leitura das recomendações gerais da auditoria e a conclusão do relato, e a Sra. Joana D'Arc Souza
817 Bezerra avaliou que as despesas em 2023 foram muito significativas em detrimento de algumas ações
818 pertinentes ao período, alertando para o saldo financeiro e para o uso consciente dos fundos. Então,
819 fez a leitura do parecer da AFN, que não indicou indícios de fraudes ou lesão ao patrimônio no
820 período. Em réplica, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal agradeceu o trabalho e a dedicação dos
821 auditores, lembrando da sua importância. Nos questionamentos, o Sr. Paulo José da Silva parabenizou
822 pelo trabalho e concordou que é preciso cuidar do orçamento. Relatou que recebeu o formulário de

823 formação sindical para preenchimento, mas que ele pedirá informações financeiras na sua respectiva
824 Seção. Ato contínuo, o Sr. João Cordeiro da Fonseca parabenizou também pela dedicação diária da
825 equipe e perguntou se foram identificados os motivos que levaram à falta de prestação de contas.
826 Julgou o modelo de prestação de contas arcaico e burocrático ao extremo, demandando a
827 simplificação do processo. Imediatamente, o Sr. Mário Artemio Urchei, Campinas, refletiu sobre as
828 prestações de contas mensais das seções sindicais, porém disse que não há reciprocidade por parte do
829 sindicato nacional, uma vez que os balancetes não são enviados às seções com antecedência,
830 propondo que o balancete nacional seja votado separadamente das seções sindicais e que os
831 balancetes sejam encaminhados às seções em até 15 dias, com votação após a análise prévia em
832 plenária virtual em até 60 dias. Em seguida, a Sra. Raquel Soares Juliano perguntou sobre o
833 pagamento do assessoramento jurídico da seção e a possibilidade de pagamento de uma diária cheia,
834 dado o deslocamento dos profissionais. Então, o Sr. Nilson Alves Carrijo, Cenargen, agradeceu o
835 trabalho e as orientações fornecidas para o preenchimento de documentos. Concordou com a
836 necessidade de simplificação do processo de prestação de contas e pediu que as pendências, quando
837 houverem, não sejam discriminadas para evitar constrangimentos. Fez apontamentos sobre a
838 prestação de contas e concordou com o pedido de votação separada. A seguir, o Sr. Marco Aurélio
839 Feitosa afirmou que a transparência é uma premissa básica para qualquer boa gestão e também cobrou
840 a disponibilização do balancete para análise, insistindo que, já que as seções enviam suas despesas
841 mensalmente, também tem o direito de analisar as contas da diretoria nacional. Avançando para as
842 respostas, o Sr. Ildos Parizotto disse que o modelo de prestação de contas foi concebido junto com a
843 Embrapa, sugerindo vídeos curtos e simples com orientações sobre os procedimentos. A respeito da
844 prestação de consultoria judicial, afirmou que pode ser paga a diária cheia desde que aprovado o valor
845 pela diretoria, o que cabe na autonomia da seção sindical. Sobre as seis seções que não entregaram a
846 prestação de contas, a Sra. Joana D'Arc Souza Bezerra explicou que cabe à contabilidade do SINPAF
847 entrar em contato com elas e que a auditoria só fica ciente da ausência de documentos no momento
848 da sua chegada à Brasília, lembrando que a obrigação é da seção. Fez a leitura do Artigo nº 53 do
849 Regimento, sobre as competências da AFN, onde se determina que os auditores analisam o balancete,
850 não as seções. Retomando as perguntas, o Sr. José Edmilson Silva Nascimento, Hortaliças, observou
851 que faz muito tempo que o balancete não é apresentado e a Sra. Ilmarina Campos de Menezes lembrou
852 da eleição da AFN, em 2022, e afirmou que agir em desacordo com o Estatuto, pedindo informações
853 que não constam no relatório ou analisando o que é de escopo dela é desrespeitar a auditoria e que

854 qualquer mudança deve ser feita através do Estatuto. Após, o Sr. Hélder Lima Carvalho leu outro
855 dispositivo do Estatuto, o Artigo 24, que permite que a plenária nacional examine e decida sobre
856 prestações de contas e previsões orçamentárias apresentadas pela Diretoria Nacional. Em seguida, a
857 Sra. Andrea Matos elogiou o trabalho da auditoria e concordou que a prestação de contas deve ser
858 mais simples. Disse que é legítimo que a AFN faça a conferência dos balancetes, mas que os
859 delegados também têm direito de acesso aos documentos. Então, o Sr. Maurício Castelo Branco
860 Santana explicou que não haveria prejuízos ao se preencher o formulário de formação sindical antes
861 de consultar o financeiro da respectiva seção e o Sr. Jean Cordeiro dos Santos defendeu a função da
862 AFN, que fez a análise que é de sua competência, reiterando que não se deve lutar contra o próprio
863 sindicato. Em ato contínuo, o Sr. Felipe Pilger explicou que também não é a Diretoria Nacional que
864 analisa as próprias contas ou as contas das seções, e sim a auditoria eleita para tal. O Sr. Marcus
865 Vinicius Sidoruk Vidal endossou que é função da AFN analisar as contas do SINPAF, o que cumpriu,
866 pedindo a aprovação integral do parecer por respeitar o trabalho da auditoria e o Estatuto. Então, o
867 Sr. Pedro Almeida Choairy declarou que deve apresentar sua prestação de contas apenas ao Conselho
868 Fiscal local e à Contabilidade e Auditoria, afirmando que a revisão do balancete descredibiliza os
869 auditores fiscais. Sobre o Estatuto, recomendou que a auditoria glose todas as despesas que seções
870 sindicais acarretaram com convidados para a Plenária Nacional, o que fere o Estatuto e o Regimento
871 Interno, uma vez que a única que pode convidar é a Diretoria Nacional. Após, o Sr. Antônio Guedes
872 endossou que, após a votação, não importa mais a chapa eleita, pois os candidatos passam a ser a
873 Auditoria do SINPAF, e elogiou o trabalho realizado, cobrando que os documentos sejam
874 apresentados organizadamente. Ato seguinte, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal encaminhou a
875 primeira votação para saber se o parecer da AFN seria votado na íntegra ou fracionado, conforme
876 sugerido, sendo que a primeira opção foi aprovada pela maioria. Após, na segunda votação, foi votado
877 o parecer supracitado, com a ressalva de que a Diretoria Nacional não votou, ao que o parecer foi
878 aprovado com 36 votos favoráveis, 4 contrários e 4 abstenções, encerrando a mesa. A seguir, a Sra.
879 Franciana Aparecida Volpato Bellaver convocou para a mesa *Balanco das Contas da Diretoria*
880 *Nacional* o Sr. Antônio Guedes, o Dr. Appel, Contabilidade AMC e o Sr. Elanderson Soares Lima,
881 Diretor Administrativo-Financeiro Suplente. Concedida a palavra, o Sr. Antônio Guedes
882 cumprimentou a todos e anunciou que o Dr. Appel é responsável pela contabilidade da Diretoria
883 Nacional e das 51 seções. A seguir, o Dr. Appel começou apresentando as disponibilidades bancárias
884 da Diretoria Nacional do SINPAF, que fechou o ano com mais de R\$ 4,3 milhões aplicados, sendo

885 que em 2022 foram arrecadados R\$ 8 milhões e em 2023, R\$ 9 milhões. Apontou as despesas com
886 funcionários e encargos, que somaram R\$ 2,09 milhões em 2023, enquanto o patrimônio social da
887 Diretoria Nacional terminou 2023 com R\$ 6,4 milhões. Contou que foram repassados R\$ 4,5 milhões
888 para a Diretoria Nacional e o resultado do exercício apresentou um déficit de R\$ 1,4 milhão. Explicou,
889 ainda, o balanço patrimonial, lembrando que não são feitos repasses para as seções que não
890 apresentarem a prestação de contas. Discriminou as arrecadações e gastos cobertos por elas,
891 destacando os gastos de mais de R\$ 300 mil com reuniões para a campanha salarial da Embrapa e da
892 Codevasf. Sobre a evolução da composição do patrimônio líquido, disse que o resultado foi de R\$ 6
893 milhões, e explicou que parte do déficit é justificado pela constituição do fundo de reserva e, portanto,
894 faz parte do patrimônio, informando que o déficit real foi de R\$ 1,12 milhão. Justificou que R\$ 237
895 mil do déficit custearam eventos como a própria plenária. Sobre a previsão orçamentária, disse que
896 os valores acompanham os praticados em 2023, citando a destinação de verba para a campanha de
897 filiação. Na sequência, foi dispensada a apresentação da previsão orçamentária, dado que os
898 Delegados tiveram acesso prévio ao documento e fizeram suas análises. Começando as perguntas, a
899 Sra. Mirane dos Santos Costa pediu o resumo da execução orçamentária de 2023 da mesma forma
900 que foi entregue a provisão. Questionou se a previsão de verbas rescisórias indica que já ocorreram
901 ou que ocorrerão demissões, quem recebe adicional noturno, em quais condições, para quais
902 funcionários e cursos estão destinadas as verbas para cursos técnicos e pediu que as contas da
903 campanha salarial sejam discriminadas, inclusive por empresa. Após, o Sr. Neio Lúcio Ramos Silva,
904 Gado de Leite, sugeriu que fossem fornecidos os dados de 2022 para comparação com 2023,
905 indagando quando o superávit anterior tornar-se-á um prejuízo devido ao déficit. Perguntou sobre a
906 expectativa de receita gerada pela campanha de filiação em confronto com a projeção.
907 Subsequentemente, o Sr. Hélder Lima Carvalho reiterou que os Delegados deveriam ter acesso aos
908 documentos contábeis com pelo menos 30 dias de antecedência e lembrou que as seções sindicais
909 têm autonomia financeira, referindo-se aos convidados mencionados anteriormente. Retomando a sua
910 fala, a Sra. Mirane dos Santos Costa reforçou a necessidade da entrega dos documentos com
911 antecedência, citando a possibilidade de se votar a respeito da questão. Após, a Sra. Andrea Matos
912 perguntou como será a campanha de filiação, insistindo que o desenvolvimento acontece no território,
913 mas questionando o custo para as seções. Demonstrou-se preocupada com a questão das verbas
914 rescisórias, questionando possíveis demissões, e perguntou, ainda, sobre o andamento da campanha
915 salarial dos trabalhadores. Dando continuidade, o Sr. Felipe Pilger lembrou sobre a instituição de

916 representantes regionais na Comissão Nacional de Negociação, afirmando que o custo não deve ser
917 da Diretoria Nacional, e sim local, solicitando um encaminhamento para tal. Sobre a campanha de
918 filiação, endossou que os ganhos não serão apenas da DN, portanto os custos também não devem ser.
919 A seguir, o Sr. Pedro Almeida Choaíry declarou que a seção sindical que descumprir o Estatuto, que
920 julgou ser maior até mesmo do que a DN, deve ser penalizada, mesmo diante da premissa de
921 autonomia financeira. Falou que nunca viu debate sobre as contas apresentadas pela Diretoria e
922 criticou a postura de algum Delegados. Avançando para as respostas, o Dr. Appel anotou a sugestão
923 de fornecer um comparativo entre 2022 e 2023 e lembrou que o parecer da AFN não fez ressalvas às
924 contas da Diretoria Nacional. Sobre a previsão orçamentária, explicou que não são atos a serem
925 implementados, e sim reservas de valores para implementação de atos, que dependem de aprovação
926 posterior. Arrazouou que o debate sobre a campanha de filiação não está na pauta e depende de
927 discussões em outras esferas, pedindo atenção ao balancete. Disse que os demais detalhes
928 questionados serão levantados e entregues à diretoria financeira para divulgação. Com a palavra, o
929 Sr. Antônio Guedes lembrou que a prestação de contas é feita em etapas com prazos determinados e
930 reiterou que, embora os gastos do SINPAF sempre aumentem, houve queda na arrecadação devido à
931 redução da quantidade de trabalhadores nas empresas. Falou sobre a importância da transparência e
932 da prestação de contas, afirmando que jamais negou informações sindicais e garantiu que em 2025
933 entregará o balanço 30 dias antes da plenária, mas cobrou a prestação de contas das seções. Então, o
934 Sr. Antônio Marcos Santos Pereira, Diretor de Divulgação e Imprensa, lembrou que a campanha de
935 filiação está em discussão desde 2023, porém ainda há pontos a serem aprimorados, e somou que será
936 realizada em parceria com as seções sindicais. Após, o Sr. Antônio Guedes explicou que, atualmente,
937 a arrecadação é distribuída da seguinte forma: 50% para a Seção Sindical, 35% para a Diretoria
938 Nacional, 5% para a Central Única dos Trabalhadores - CUT, 5% para o fundo de reserva e 5% para
939 o fundo de custeio. Explicou que há casos de contratações necessárias diante de determinado cenário
940 político que se tornam obsoletas com o tempo, justificando a reserva para verbas rescisórias. Disse
941 que o adicional noturno está previsto em acordo coletivo para casos esporádicos. Ato seguinte, o Sr.
942 Marcus Vinicius Sidoruk Vidal passou para a votação do balanço das contas e da previsão
943 orçamentária, que foram aprovados com 33 votos favoráveis, 1 voto contrário e 6 abstenções. A Sra.
944 Andrea Matos registrou sua declaração de voto contrário devido ao gasto da campanha de filiação,
945 justificando que não pode concordar com o valor sem saber como será a campanha. Relatou que quem
946 faz a filiação é o presidente da seção sindical e que as campanhas publicitárias não surtem efeito,

947 pedindo que a verba seja distribuída entre as seções. Após, a Sra. Mirane dos Santos Costa registrou
948 sua abstenção por se sentir prejudicada com a ausência do comparativo entre 2022 e 2023. Por fim, o
949 Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal encerrou a mesa sobre o Balanço das Contas e passou à próxima,
950 sobre *Acordos Coletivos de Trabalho 2024/2025 na Embrapa, Codevasf, Pesagro e Empaer*, sendo
951 que o debate e as falas além daquela do convidado, o Sr. Juliano Sander Musse, técnico do
952 DIEESE/DF, seriam feitos no dia seguinte devido ao avanço do horário, conforme aprovado pela
953 plenária. O Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal informou que seria apresentada a análise do DIEESE
954 sobre as perdas causadas pela inflação nos acordos coletivos da Codevasf e da Embrapa e disse que
955 o material seria disponibilizado para todos. Com a palavra, o Sr. Juliano Sander Musse comunicou
956 que no período de 2018/2024, a categoria da Embrapa sofreu uma perda de 16% quando comparada
957 a inflação e o reajuste acumulado, portanto é preciso fazer a reposição da perda. Se considerado o
958 PIB agrícola, afirmou que a perda somou 33%, e citou também as perdas com auxílio alimentação e
959 creche. Sobre a Codevasf, disse que as perdas entre 2019 e 2024 totalizaram quase 20%, reafirmando
960 que os valores não podem ser ignorados por representarem uma perda salarial. O Sr. Marcus Vinicius
961 Sidoruk Vidal acrescentou que, além da questão sindical, foi considerada também a questão jurídica
962 ao se propor a análise de perdas, no caso, o INPC. O Sr. Juliano Sander Musse seguiu afirmando que
963 também houve perdas nos auxílios da Codevasf e insistindo que é preciso lutar pela reposição para
964 evitar a defasagem. Sobre as empresas dependentes ou não do Tesouro da União em comparação com
965 Embrapa e Codevasf quanto aos salários, disse que o boletim será lançado em breve, mas que os
966 reajustes são similares, com uma variação pequena dos benefícios. Após, o Sr. Marcus Vinicius
967 Sidoruk Vidal agradeceu ao DIEESE pela ajuda com o estudo e falou que a comparação ajudará nas
968 negociações. **ENCERRAMENTO 08/06/2024:** Finalizada a pauta, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk
969 Vidal encerrou o segundo dia da 22ª Plenária Nacional do SINPAF com agradecimento a participação
970 e colaboração de todos(as). **ABERTURA 09/06/2024:** O Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal iniciou
971 o terceiro dia da 22ª Plenária Nacional do SINPAF cumprimentando a todos. Passou a palavra à Sra.
972 Ivonete Ibiapina, que declamou um poema de sua autoria. Após, anunciou que a mesa *Acordos*
973 *Coletivos de Trabalho 2024/2025 na Embrapa, Codevasf, Pesagro e Empaer*, seria retomada logo
974 após a mesa *Papel dos Movimentos Sociais no Combate à Fome*. Então, a Sra. Franciana Aparecida
975 Volpato Bellaver convidou para a mesa: a Sra. Ilmarina Menezes, Diretora de Políticas Sociais e
976 Cidadania; Sra. Luiza Trabuco, Secretária Extraordinária de Combate à Pobreza e à Fome; Sr. Marco
977 Antônio Baratto, Coordenação Estadual do MST do DF e entorno. Como coordenadora da mesa, a

978 Sra. Ilmarina Campos de Menezes comunicou que a Sra. Luiza Trabuco é Doutora em Sociologia
979 pela UFRRJ, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental no Estado do Rio de Janeiro,
980 mas está cedida ao Governo Federal, onde exerce o cargo de Coordenadora Geral de Apoio à Gestão
981 do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN na Secretaria Extraordinária de
982 Combate à Fome do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
983 - MDS, entregando a palavra à ela. A Sra. Luiza Trabuco saudou os 35 anos do SINPAF, a mesa e
984 todas as delegações e iniciou atualizando o cenário da fome no país, cujo monitoramento foi retomado
985 recentemente. Falou que houve uma redução da insegurança alimentar no Brasil, com 4,1% da
986 população atualmente no grau mais grave contra 15% em 2022, o que ainda considerou inaceitável.
987 Apresentou os níveis e a trajetória da insegurança alimentar, destacando a queda da fome até 2015 e
988 ascensão a partir de 2017, mesmo antes da pandemia, comemorando a nova redução em 2023.
989 Declarou que a fome é um problema estrutural com múltiplos determinantes, é a expressão máxima
990 da negação de direitos e que é preciso um conjunto articulado de políticas públicas para combatê-la.
991 Tratou do plano Brasil Sem Fome, instaurando pelo governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva,
992 que articula mais de 80 programas de 24 Ministérios que compõem a Câmara Interministerial de
993 Segurança Alimentar e Nutricional, destacando que as políticas foram criadas por governos que
994 dialogaram com a sociedade. Falou, ainda, sobre a qualidade da alimentação e da produção
995 sustentável e enumerou os três grandes eixos do plano, a saber: a ampliação do acesso à renda e à
996 cidadania; ampliação da produção e consumo de alimentos saudáveis; e a mobilização para combate
997 à fome, que inclui a atuação da sociedade civil a partir do mapeamento e do apoio às iniciativas. Ato
998 seguinte, a Sra. Ilmarina Campos de Menezes agradeceu e passou a palavra ao Sr. Marco Antônio
999 Baratto, da Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Distrito
1000 Federal e Entorno. O Sr. Marco Antônio Baratto agradeceu o convite, destacando a representatividade
1001 das mulheres na mesa, e resumiu sua história profissional. Apresentou elementos que o MST entende
1002 como estruturantes, que perpassam as políticas de Governo e dialogam com as políticas de Estado, e
1003 que formam gargalos que impactam diretamente na fome, a saber: a reforma agrária, que deve ter o
1004 objetivo de democratizar o acesso à alimentação e à produção de alimentos; o combate ao controle
1005 produtivo que as transnacionais do agronegócio comandam, desde as sementes até os supermercados;
1006 o enfrentamento da lógica do tripé produtivo do latifúndio danoso aos territórios, que é a mecanização
1007 pesada, os agrotóxicos e o monocultivo de produção; a agroecologia, que também permite produção
1008 em grande escala; o acesso à tecnologia; e o debate sobre as políticas públicas de aquisição de

1009 alimentos e de organização produtiva, o que depende de investimento. Por fim, anunciou a
1010 reinauguração da loja Armazém do Campo do Distrito Federal, no dia 03 de julho, que contará com
1011 produtos frescos e industrializados provenientes da agricultura familiar e um restaurante. A seguir, a
1012 Sra. Ilmarina Campos de Menezes endossou a necessidade da reforma agrária, contando que trata-se
1013 de uma luta histórica, não de uma invenção do MST. Seguindo para a rodada de perguntas, o Sr. Jorge
1014 Frederico Segóvia parabenizou a fala, apontou que o agronegócio é importante para o país e que há
1015 fatores que impedem o desenvolvimento da agricultura familiar, como o acesso à terra, o custo de
1016 produção e o custo do capital. Perguntou se há iniciativas para reduzir a taxa de juros do capital e
1017 para que haja mais tecnologia disponível para os produtores. Então, o Sr. Devanir Sebastião dos
1018 Santos, Diretor Regional Sudeste, falou sobre a 1ª Feira da Reforma Agrária, em Campinas, da qual
1019 participou e recomendou que seja replicada. Depois, a Sra. Raquel Soares Juliano citou a Saúde
1020 Única, que está se concretizando dentro da Embrapa e é uma oportunidade de fortalecimento das
1021 relações interministeriais e perguntou como os movimentos sociais podem se aproximar dos
1022 Ministérios para trabalhar a agroecologia, de uma perspectiva da Saúde Única. Pediu, ainda, mais
1023 informações sobre como abrir uma cozinha solidária. Após, o Sr. Ademar Rodrigues Neto se disse
1024 contente com os números apresentados e indagou se o esforço feito para acudir o Rio Grande do Sul
1025 poderia ser espelhado para ajudar os 4,1% de brasileiros que ainda estão passando fome. A seguir, o
1026 Sr. Silvestre Moreira de Lima pediu que o SINPAF disponibilizasse a lista dos programas de combate
1027 à fome incluídos no Brasil Sem Fome para que os Delegados pudessem buscar mais informações e
1028 afirmou que o Presidente Luís Inácio Lula da Silva não tem apoio no Congresso para debater a
1029 reforma agrária. Imediatamente, o Sr. Mário Artemio Urchei cumprimentou a mesa e concordou com
1030 a necessidade da reforma agrária, definindo-a como fundamental e indicando que a luta precisa partir
1031 de uma aliança entre os movimentos do campo, da cidade, dos sindicatos e das organizações
1032 populares. Afirmou que a Embrapa trabalha majoritariamente para o agronegócio e determinou que
1033 a empresa não tem capacidade de reverter a matriz de pesquisa para focar em agroecologia e
1034 agricultura familiar. Questionou se o MST enxerga uma forma de reverter este cenário ou se será
1035 preciso pensar em outras formas de pesquisa. Em resposta, o Sr. Marco Antônio Baratto agradeceu
1036 as perguntas e explicou que o MST está criando um fundo de financiamento popular para a agricultura
1037 com juros mais baixos do que os praticados pelos bancos tradicionais. Descreveu a dificuldade de
1038 acesso dos pequenos agricultores aos financiamentos e os juros abusivos praticados pelos bancos.
1039 Anunciou que o MST ajudará com a abertura de dez cozinhas solidárias no Distrito Federal e entornos

1040 e contrapôs que não tem conhecimentos sobre a Saúde Única, mas que está em desenvolvimento o
1041 programa Agente Popular de Saúde do Campo, em parceria com a Fiocruz, o Ministério da Saúde e
1042 organizações sociais. Concordou que o agronegócio tem impactos na economia, mas que o problema
1043 vai além, perpassando a sustentabilidade do território, hídrica, social, da cultura local e do meio
1044 ambiente. Reiterou que aqueles a favor da reforma agrária nunca serão maioria no Parlamento,
1045 lembrando que o agronegócio financia campanhas e que, para além da divisão partidária, há a divisão
1046 por bancada. Disse que é preciso mudar a forma da democracia eleitoral brasileira para que
1047 determinados temas avancem a partir da consulta popular. Concluiu afirmando que há espaço para
1048 disputar a Embrapa atual com o agronegócio, incentivando a luta, mas lembrou que a empresa precisa
1049 observar a capacidade dos movimentos populares de construir a ação concreta dos territórios. A
1050 seguir, a Sra. Luiza Trabuco comentou sobre a taxa de juros e seu impacto no processo produtivo e
1051 no custo da alimentação, concordando que deve ser uma pauta central. Falou sobre o poder dado ao
1052 Parlamento, o que dificulta o apoio a causas como a agricultura familiar, e concorda que é preciso
1053 buscar políticas mais participativas. Elogiou a iniciativa do MST de tentar fazer com que as lutas
1054 sociais se reflitam em lutas institucionais e, sobre a Saúde Única, sugeriu abrir diálogo com o Sistema
1055 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em busca de apoio. Destacou que o plano Brasil Sem
1056 Fome está disponível no site do MDS e que, ainda em junho, será lançada uma plataforma do
1057 programa, que apresentará inclusive a lista de metas e seus prazos de execução. A respeito das
1058 cozinhas solidárias, explicou que há um processo de credenciamento pelo MDS e que, após, as
1059 instituições tornam-se aptas a receber alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e a
1060 selecionar entidades de apoio. Disse que o Presidente Luís Inácio Lula da Silva ficou indignado ao
1061 saber que ainda há mais de 8 milhões de brasileiros passando fome e relatou que, mesmo quando o
1062 Brasil saiu do mapa da fome, 3,2% da população ainda estava nessa situação, indicando que há uma
1063 parcela da população que, mesmo com as políticas de governo, continua não sendo abrangida, reflexo
1064 de desigualdades. Explicou que está sendo desenvolvida a segunda etapa do programa Brasil Sem
1065 Fome, para priorizar os territórios onde essa população está concentrada. Concordou que algumas das
1066 causas da fome no país são o capitalismo, a estruturação do sistema agroalimentar e a distribuição
1067 das terras. Destacou que o custo de produção está diretamente relacionado à desigualdade do subsídio
1068 público que os modelos de produção recebem, por exemplo a tributação. Lembrou que, dentro da
1069 reforma tributária, está sendo discutido o imposto seletivo sobre produtos que fazem mal à saúde e
1070 ao ambiente, que deve incluir os ultraprocessados, concordando com a cobrança sobre eles para

1071 desestimular o consumo. Falou sobre a nova cesta básica, livre de ultraprocessados, determinada por
1072 Decreto Presidencial e que vem sofrendo críticas do Congresso. Retomando a rodada de perguntas, o
1073 Sr. Marcos Gonçalves Tenório disse que a mesa foi esclarecedora e relatou sua experiência alimentar
1074 ao longo da vida. Questionou a demora para as famílias começarem a produzir dentro da segurança
1075 jurídica, se há condição de se fazer uma emenda constitucional a respeito e pediu detalhes sobre quem
1076 ainda passa fome no Brasil. Após, o Sr. Walterlenne Englen Freitas de Lima parabenizou a
1077 apresentação e a agricultura familiar, que produz 70% dos alimentos consumidos nas casas brasileiras,
1078 uma vez que o agronegócio foca na exportação. Reforçou a necessidade da Embrapa atender a
1079 demanda dos pequenos produtores, lembrando que não há investimento na empresa, que se sujeita a
1080 obedecer os investidores e o capitalismo. Então, a Sra. Andrea Matos destacou que a fome tem cor,
1081 gênero e lugar e perguntou se o levantamento da fome no Brasil engloba os moradores das favelas de
1082 São Paulo e do Rio de Janeiro. Perguntou a posição do MST na disputa das estatais e orçamentos e
1083 com a falta de participação no Conselho de Administração da Embrapa. Com a palavra, o Sr. Marcus
1084 Vinicius Sidoruk Vidal parabenizou a mesa, concordou que a fome é política e declarou que o
1085 SINPAF deve ter um papel transformador dentro das empresas, nas relações de trabalho e na
1086 sociedade, sendo que defende a reforma agrária, conforme disposto no Estatuto. Indagou como o
1087 Brasil Sem Fome se articula com as estatais e afirmou que é preciso disputar o papel das empresas
1088 públicas na construção de um movimento contra-hegemônico. Em seguida, a Sra. Izete Barbosa dos
1089 Santos ressaltou que, em 2022, 33 milhões de brasileiros enfrentaram a insegurança alimentar, sendo
1090 que o número caiu para 8,7 milhões em 2023, o que ainda é substancial. Observou as causas da fome
1091 e destacou o alto custo dos alimentos no país. Perguntou como é feito o credenciamento das cozinhas
1092 solidárias, mencionando o desperdícios nas feiras e mercados e enfatizando que é preciso educar a
1093 população. Por fim, a Sra. Mirane dos Santos Costa falou que ainda não foi discutido o papel do
1094 sindicato e das empresas no combate à fome, destacando que será difícil eleger novamente um
1095 governo de esquerda que se preocupe tanto com essas questões. Sobre o orçamento federal, iluminou
1096 que 43% do total foi destinado ao pagamento de juros e à amortização de dívidas. Perguntou se o
1097 MST foi consultado pelo grupo de notáveis, criado pelo Ministério da Agricultura, para pensar a
1098 Embrapa. Indagou, ainda, o que o MST espera da Embrapa. Em suas considerações finais, a Sra.
1099 Luiza Trabuco afirmou que encaminhará os dados sobre o perfil de quem passa fome no país, mas
1100 que de forma geral são mulheres pretas do Norte e Nordeste, que vivem na área rural, em regiões
1101 urbanas não metropolitanas ou em periferias. Relatou que foi divulgado o mapa da fome da cidade

do Rio de Janeiro, com percentual maior do que o nacional. Concordou que a segurança alimentar deve ser política de Estado e apostou na consolidação do SISAN. Declarou que as metas da Embrapa são focadas na disponibilização de tecnologias para produção de alimentos e relatou que está em discussão a modelagem de como as estatais podem financiar ou apoiar as iniciativas da sociedade civil de combate à fome, o que precisa ser debatido profundamente, assim como as atribuições de cada empresa. Afirmou que é preciso que seja promovida uma discussão profunda sobre a contribuição dos sindicatos, indicando que devem ajudar estrategicamente com a conscientização. Tratou da Estratégia Intersectorial de Redução de Perdas e Desperdícios de Alimentos, promovida pela Embrapa dentro do programa Brasil Sem Fome. Concluindo, o Sr. Marco Antônio Baratto falou que a produção de alimentos ocorre nos acampamentos do MST independentemente da segurança jurídica e que o problema é gerar renda a partir da comercialização da produção. Falou que a mudança na Embrapa não é tarefa simples e que não cabe apenas aos sindicatos e aos trabalhadores, destacando a importância do incentivo e do acesso à pesquisa e à tecnologia para melhorar a produção de alimentos de qualidade. Mencionou o trabalho da cozinha solidária, em parceria com o MDS e com a Fundação Banco do Brasil, que deve servir, diariamente, entre 300 e 400 marmitas para pessoas em situação de rua na região da Asa Sul, Brasília/DF. Reafirmou a questão da cultura alimentar, exigindo, além da qualidade, que a comida respeite a cultura do território. Por fim, a Sra. Ilmarina Campos de Menezes agradeceu os convidados e encerrou a mesa. Ato seguinte, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal consultou a plenária sobre a retomada da mesa *Acordos Coletivos de Trabalho 2024/2025 na Embrapa, Codevasf, Pesagro e Empaer*, interrompida no dia anterior devido ao avanço do horário. O Sr. Paulo José da Silva disse ter sido contemplado com a apresentação do dia anterior. Após votação, a continuação da mesa foi suprimida e passou-se à “Construção do Plano de Ação”. O Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal apresentou o Plano de Lutas proposto no Congresso Nacional, que abrange as ações previstas para o período de três anos, para servir como base da construção do Plano de Ação da Plenária do SINPAF, que deve ser executado no prazo de um ano. Passando aos destaques dos presentes, o Sr. Hélder Lima Carvalho pediu a retirada do item 6 do plano, a respeito da destituição imediata da diretoria da Embrapa, dado que a diretoria foi eleita sob o governo atual e relatando a evolução do diálogo com o sindicato. Após, a Sra. Mirane dos Santos Costa questionou se o plano de ação incluiria as deliberações das plenárias regionais, ao que o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal explicou que o plano estava sendo atualizado, inclusive com as deliberações regionais, desde que aprovadas pela Plenária Nacional. Então, o Sr. Walterlenne Englen Freitas de Lima citou o Artigo

1133 24 do Estatuto, sobre a criação de grupos de trabalho, e sugeriu a formação de um GT para análise
1134 das atas das plenárias regionais e criação de um Plano de Ação que contemple todas as discussões
1135 desenvolvidas. Assim sendo, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal encaminhou para votação a criação
1136 de um grupo de trabalho para desenvolvimento do Plano de Ação, o que foi aprovado. Sobre a
1137 composição do grupo, o Sr. Jasiel Nunes propôs que as indicações sejam feitas pelos presidentes
1138 regionais entre eles mesmos, ao que o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal sugeriu representações de
1139 todas as empresas presentes em cada região. Indicou o prazo de 60 dias para conclusão dos trabalhos
1140 e propôs que o resultado seja referendado em uma reunião virtual. Acrescentou a necessidade de um
1141 representante da DN e um da AFN e pediu que o relatório seja apresentado com antecedência para
1142 análise. Resumiu que será um representante da Região Norte; três da Região Nordeste, sendo um da
1143 Embrapa, um da Codevasf e um da Empaer; um representante da Região Centro-Oeste; dois
1144 representantes do Sudeste, um da Embrapa e um da Pesagro; e um representante da Região Sul; além
1145 de três representantes da Diretoria Nacional, propondo-se a participar. Em consenso, foram indicados:
1146 Sr. Jasiel Nunes, da Região Norte; Sr. Jorge Menezes Vidal, Sr. Edivaldo Galdino Ferreira e Sr. Pedro
1147 Almeida Choaíry, do Nordeste; Sra. Mirane dos Santos Costa, da Região Centro-Oeste; Sr. Ricardo
1148 Vieira da Silva e Sr. José Carlos Sá Ferreira, do Sudeste; a Sra. Silvana Buriol, da Região Sul; e Sr.
1149 Marcus Vinicius Sidoruk Vidal, Sra. Franciana Aparecida Volpato Bellaver e o Sr. Adilson Ferreira
1150 da Mota pelo DN. O Sr. Jasiel Nunes registrou que, embora seja Vice-Presidente, foi indicado pelos
1151 Presidentes da sua região. Em regime de votação, a comissão foi aprovada. Após, a Sra. Franciana
1152 Aparecida Volpato Bellaver informou que, após as moções, haverá uma cerimônia de homenagens
1153 para alguns dos presentes, pedindo a permanência de todos. Ato seguinte, passou-se às moções. A
1154 Sra. Franciana Aparecida Volpato Bellaver apresentou uma moção em agradecimento ao Sr. Jasiel
1155 Nunes pelo trabalho incansável em prol dos trabalhadores, que foi aprovado pela maioria. A seguir,
1156 anunciou a moção de agradecimento à Sra. Mirane dos Santos Costa e à Sra. Andrea Matos pelas
1157 articulações para levar até a plenária a Sra. Virgínia Barriel, do CNDH, que também foi aprovada.
1158 Leu a moção de agradecimento das seções sindicais de Amapá, Solos, Roraima, Amazonas, Algodão
1159 e Aracaju à Diretoria Nacional pelo acolhimento, especialmente ao Sr. Antônio Guedes, assim como
1160 aos demais trabalhadores do SINPAF Nacional, que foi aprovada. Sobre as moções de louvor e
1161 aplauso, listou os indicados: a Auditoria Fiscal Nacional pelo trabalho realizado; e aos presidentes e
1162 convidados por responderem aos questionamentos da plenária, ambas aprovadas. Após, fez a leitura
1163 da Nota de Repúdio assinada pelas seções Maranhão, Cerrados, Passo Fundo, Emepa, Caprinos, São

1164 Carlos, Concórdia, e Goiânia: 1 – aos presentes e convidados que colocaram em xeque a lisura, a
1165 competência e a qualidade do trabalho da AFN; 2 – aos presentes e convidados que se ausentaram da
1166 plenária por diversas vezes; 3 – aos presentes e convidados que desrespeitaram a pauta da plenária,
1167 utilizando da plenária para propagar suas opiniões políticas e pessoais; 4 – a todos que, de alguma
1168 forma, agrediram, ofenderam ou denegriram a integridade moral de qualquer dos presentes. Sobre a
1169 Nota de Repúdio, o Sr. Adilson Ferreira da Mota, pediu abertura para defesa de cada um dos tópicos
1170 antes da votação, que indicou que deve ser individual, conforme regimento. Sobre o primeiro item, o
1171 Sr. Mário Artemio Urchei afirmou que não houve dúvidas quanto à competência da AFN e que não
1172 houve questionamento do parecer, mas sim a solicitação de acesso aos documentos para análise.
1173 Posicionando-se à favor da moção, o Sr. Pedro Almeida Choaíry informou que nenhum dos
1174 participantes tem a capacidade de analisar todo o trabalho da AFN em tão pouco tempo, e sugerir o
1175 contrário é uma ofensa. Assim sendo, o primeiro item da Nota de Repúdio foi aprovado. Sobre o
1176 segundo item, não havendo manifestações, a moção de repúdio foi aprovada. Avançando para o
1177 terceiro item, o Sr. Hélder Lima Carvalho posicionou-se contrário, declarando que o direito à voz
1178 deve ser amplo e que todos os que estiverem em posse da fala precisam ser respeitados, uma vez que
1179 todos foram eleitos ou convidados a estarem presentes. Já o Sr. Pedro Almeida Choaíry disse que o
1180 item é direcionado apenas àqueles que fugiram ao tema em debate no momento. Em votação, o item
1181 3 foi rejeitado. Por fim, o Sr. Hélder Lima Carvalho também se disse contrário ao item 4, defendendo
1182 que todos têm direito à resposta, conforme presente no Regimento, e declarando que a mesa não
1183 julgou que houve agressões ou ofensas. Defendendo a moção de sua autoria, o Sr. Pedro Almeida
1184 Choaíry declarou ter sido chamado de “idiota e imbecil” fora da sala da plenária, relatando que outros
1185 presentes também passaram por situações similares. O item 4 da nota de repúdio foi aprovado com
1186 22 votos favoráveis, 19 contrários e 10 abstenções. A Sra. Franciana Aparecida Volpato Bellaver
1187 afirmou que, da mesa, não testemunhou as ofensas, por isso se absteve e o Sr. Ricardo Vieira da Silva,
1188 Pesagro Niterói, também se absteve por não ter presenciado ofensas, apenas provocações com relação
1189 às votações. Ato seguinte, a Sra. Franciana Aparecida Volpato Bellaver avançou para a próxima
1190 Moção de Repúdio, que tratou sobre as atitudes desrespeitosas e violentas praticadas pelo Sr.
1191 Elanderson Soares Lima, na tarde do dia 08 de junho, perante o Sr. Marco Aurélio Feitosa, assinada
1192 pelas seções Amapá, Roraima, Amazonas, Solos e Aracaju. Em defesa da moção, a Sra. Andrea Matos
1193 descreveu o caso da Deputada Federal Luiza Erundina, que teve um mal-estar devido às agressões
1194 verbais proferidas na Câmara. Relatou o destempero no comportamento do Sr. Elanderson Soares

1195 Lima, julgando-o desnecessário. Em réplica, o Sr. Jean Kleber Silva se desculpou por também ter
1196 ficado nervoso no dia anterior e relatou que o Sr. Elanderson Soares Lima foi reativo, afirmando que
1197 a moção de repúdio deveria ser contra ambos, porém preferindo sua rejeição. Após votação, a moção
1198 foi rejeitada com 36 votos contrários e 2 abstenções. Ato seguinte, a Sra. Franciana Aparecida Volpato
1199 Bellaver passou à leitura do encaminhamento para que as despesas de viagens, diárias e hospedagens
1200 para participação dos representantes regionais eleitos para as Comissões Nacionais de Negociação da
1201 Embrapa e Codevasf nas reuniões sejam rateadas na proporção de número de filiados, sendo 50% de
1202 responsabilidade da Diretoria Nacional e 50% para as seções sindicais das respectivas bases, assinada
1203 pela DR Sul, Jurídico, e pelas seções Caprinos, Maranhão, Acre e Passo Fundo. Posicionando-se
1204 contrário ao encaminhamento, o Sr. Jasiel Nunes disse que é o terceiro ano da Comissão e que não
1205 seria justo cobrar, por exemplo, apenas da Seção do Amazonas quando ele representa a Região Norte
1206 inteira. Defendendo o encaminhamento, o Sr. Felipe Pilger lembrou que todos os benefícios
1207 adquiridos retornam também para as seções sindicais em maior proporção do que para a DN, e
1208 destacou que o custo deve ser dividido de acordo com o número de filiados de cada seção sindical
1209 representada dentro da Região em questão. Por fim, o encaminhamento foi aprovado com 24 votos
1210 favoráveis, 21 contrários e 5 abstenções. Então, passou-se à homenagem para as pessoas que
1211 participaram de diversas plenárias, incluindo a entrega de placas comemorativas relativas aos 35 anos
1212 do Sinpaf aos homenageados. Subsequentemente, seria feito o sorteio do mascote do evento, uma
1213 tartaruga. A Sra. Franciana Aparecida Volpato Bellaver anunciou os homenageados: Sr. Jasiel Nunes;
1214 Sr. José Carlos Sá Ferreira; Sr. Jorge Frederico Segóvia; Sr. Orlando Oliveira Silva, Sr. Paulo José
1215 da Silva; Sr. Jorge Severo da Costa; Sr. João Cordeiro da Fonseca; Sr. Silvestre Moreira de Lima; Sr.
1216 Jean Kleber Silva; Sr. Pedro Almeida Choairy; Sra. Mirane dos Santos Costa; Sra. Jasna Maria Luna
1217 Marques e Sra. Franciana Aparecida Volpato Bellaver. Após, o Sr. Antônio Marcos Santos Pereira
1218 explicou que as homenagens se deram devido ao tempo de trabalho dedicado ao SINPAF e, nos casos
1219 da Sra. Franciana Aparecida Volpato Bellaver e da Sra. Jasna Maria Luna Marques, pela condução
1220 da mesa. Após, a Sra. Franciana Aparecida Volpato Bellaver convidou os colaboradores e
1221 funcionários do SINPAF para receberem uma homenagem. O Sr. Antônio Guedes lembrou de todos
1222 os trabalhadores que passaram pelos 35 anos do SINPAF, fundamentais para a continuidade das
1223 atividades, e agradeceu a todos. A seguir, o Sr. Antônio Marcos Santos Pereira pediu aplausos para o
1224 Sr. Herbert Lima, um dos fundadores do SINPAF. Finalizando com o sorteio de tartarugas de pelúcia,
1225 foram agraciados: Sr. Edivaldo Galdino Ferreira, Sr. Jorge Menezes Vidal; Sra. Regina Célia Nobre

Benício; Sr. Ricardo Vieira da Silva, Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal; Sr. José Roberto Borges, Sr. Waltterlenne Englen Freitas de Lima; Sr. Sérgio Cobel; Sr. Felipe Pilger; Sr. Diogo Alves da Silva, Sr. Paulo José da Silva; Sr. João Cordeiro da Fonseca e Sra. Raquel Soares Juliano. Além disso, foi sorteado um jacaré de pelúcia para o Sr. Odirlei Dala Costa. **ENCERRAMENTO:** Finalizada a pauta, o Sr. Marcus Vinicius Sidoruk Vidal encerrou a 22ª Plenária Nacional do SINPAF com agradecimento a participação e colaboração de todos(as).

Documento assinado digitalmente
gov.br **MARCUS VINICIUS SIDORUK VIDAL**
Data: 16/08/2024 15:56:18-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Marcus Vinicius Sidoruk Vidal
Presidente Nacional do SINPAF

Documento assinado digitalmente
gov.br **FRANCIANA APARECIDA VOLPATO BELLAVER**
Data: 21/08/2024 13:49:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Franciana Aparecida Volpato Bellaver
Secretária da 22ª Plenária Nacional do SINPAF

Documento assinado digitalmente
gov.br **JASNA MARIA LUNA MARQUES**
Data: 16/08/2024 17:02:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Jasna Maria Luna Marques
Relatora da 22ª Plenária Nacional do SINPAF

Brasília/DF
Junho de 2024

